



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE JOÃO  
PESSOA/PB E A FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS DESSA ETAPA**

KÉVVIA DAWLAY LIMA DA SILVA

JOÃO PESSOA - PB  
DEZEMBRO - 2022

KÉVVIA DAWLAY LIMA DA SILVA

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE JOÃO  
PESSOA/PB E A FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS DESSA ETAPA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Pedagogia da Universidade  
Federal da Paraíba, em cumprimento às  
exigências para a obtenção do grau de  
Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Luísa Nogueira de Amorim

JOÃO PESSOA - PB  
DEZEMBRO - 2022

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586p Silva, Kévvvia Dawlay Lima da.

Políticas de educação infantil do município de João Pessoa/PB e a formação das professoras dessa etapa / Kévvvia Dawlay Lima da Silva. - João Pessoa, 2022.  
72 f. : il.

Orientação: Ana Luisa Nogueira de Amorim.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação infantil. 2. Formação de professores. 3. Políticas educacionais. 4. Práticas pedagógicas. I. Amorim, Ana Luisa Nogueira de. II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 373.2(043.2)

KÉVVIA DAWLAY LIMA DA SILVA

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE JOÃO  
PESSOA/PB E A FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS DESSA ETAPA**

Aprovado em: 14/12/2022.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Ana Luísa Nogueira de Amorim - UFPB  
(Orientadora)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Nádia Jane de Sousa - UFPB  
(Professora Examinadora)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Emília Cristina Ferreira de Barros - UFPB  
(Professora Examinadora)

JOÃO PESSOA - PB  
DEZEMBRO - 2022

Dedico esse trabalho de conclusão de curso a minha família (pai, mãe, irmãs, sobrinho), que ao longo da jornada acadêmica foram meu porto seguro. Em especial a minha querida mãe, a quem eu admiro como profissional (pedagoga e professora), principalmente pelo ser humano ímpar que é, tendo uma grande parcela de contribuição para que eu trilhasse os caminhos da educação.

## AGRADECIMENTOS

O meu coração só exala gratidão por estar findando um ciclo importante, repleto de aprendizagens, com alegria e consciência de que venci essa caminhada acadêmica na força do Senhor Deus. Olhando para trás, sinto-me realizada pela bagagem construída no percurso acadêmico, sabendo que é apenas o começo para percorrer um brilhante caminho profissional com novas descobertas, dedicação, compromisso e realizações.

De modo singular, nos mínimos detalhes, pude contemplar o cuidado de Deus para comigo durante a jornada acadêmica. Por isso, antes de qualquer coisa, rendo graças a **Ele**, pela sua infinita bondade e pela oportunidade concedida de poder concluir a graduação em Pedagogia.

Agradeço imensamente a minha família:

Aos meus amados pais, Carlos Alberto e Eunice Lima, meus incentivadores, que foram os primeiros a me dar educação, fazendo-me trilhar no caminho do bem, do respeito, da humildade, dos valores inegociáveis, como também do conhecimento. Obrigada por acreditarem em mim!

As minhas maravilhosas irmãs, Karla Dayanne e Kássia Dayenne pelas conversas, escutas, apoio e amor para com a caçulinha de vocês.

Ao meu querido sobrinho Julio Miguel, que chegou na minha vida para transbordar com sua alegria e seu amor, despertando o desejo de colocar em prática a teoria estudada sobre a infância.

Em suma, agradeço a minha família: as orações, a paciência, o carinho e os debates construídos com temas relacionados a educação ao longo dos anos da graduação. Amo muito vocês! ♥

Externo também os meus agradecimentos:

A minha orientadora Ana Luísa de Amorim, que durante a construção do trabalho de conclusão de curso me deu suporte, contribuindo nas reflexões, nas sugestões de palavras, termos e colocações, como nos direcionamentos dos estudos.

A cada professor(a) que cursei componente curricular no curso de pedagogia e que contribuiu de maneira significativa na minha formação inicial.

As coordenadoras dos projetos de extensão que participei na graduação.

A equipe da Escola de Educação Básica (EEBAS/UFPB) onde estive durante quase 2 (dois) anos de estágio não obrigatório, aprendendo na prática com excelentes profissionais que desenvolvem um trabalho pedagógico com/de qualidade na instituição.

Aos colegas de curso que eu tive a oportunidade de dialogar e realizar alguns trabalhos durante a jornada acadêmica.

Diante de tudo isso, posso declarar “Ebenézer: até aqui nos ajudou o Senhor” (1 Samuel 7.12).

*“Em todas estas coisas, porém,  
somos mais que vencedores, por  
meio daquele que nos amou.”*  
(Romanos 8.37)

## RESUMO

Este trabalho se deu a partir de interrogações, por querer saber como o município de João Pessoa/PB apresenta em sua política a etapa da Educação Infantil. A pesquisa discute as Políticas de Educação Infantil do município de João Pessoa/PB e a formação das professoras dessa etapa, a fim de analisar de que maneira são pensadas as políticas de Educação Infantil municipal de João Pessoa e como isso pode contribuir na formação das professoras. Para tanto, foi necessário realizar levantamento das políticas municipais para a Educação Infantil; identificar as políticas referentes à formação de professoras de Educação Infantil; e analisar como esses documentos podem influenciar a formação das professoras. Realizou-se, então, uma pesquisa documental a partir de 6 (seis) documentos produzidos entre os anos de 2021 e 2022 que trazem elementos acerca das políticas de Educação Infantil do município de João Pessoa/PB. Para identificar os dados e resultados da análise foram organizados 12 (doze) quadros contendo título, pergunta da ficha de análise, nome dos documentos e se/como eles abordam a questão. Em cada quadro foi realizada a análise pautada na pergunta e no que o documento continha a respeito, em diálogo com o referencial teórico. Diante disso, verifica-se que a maneira como é pensada as políticas educacionais do município em questão aponta para um viés histórico-social, trazendo a criança como sujeito ativo e protagonista do seu processo enquanto ser humano. Os documentos possibilitam abertura ao diálogo, sendo flexíveis para se pensar melhorias nas políticas de Educação Infantil. Frente a isto, os documentos indicam que as formações das professoras de Educação Infantil da rede municipal de João Pessoa/PB devem estar em consonância com o que é estabelecido sobre a primeira etapa da Educação Básica, podendo afetar de maneira significativa na reflexão dessas profissionais, no seu papel enquanto educadoras, no objetivo da Educação Infantil, compreendendo os possíveis caminhos para realizar sua prática pedagógica. Isso leva à compreensão de que a presente pesquisa pode trazer contribuições significativas, no sentido de oferecer ampliação da discussão dessa etapa da Educação Básica, através de análises nas políticas educacionais do município de João Pessoa, dando abertura para se ter um olhar mais voltado a esse público, com a possibilidade de criação de novas políticas de Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Formação de Professores(as). Políticas educacionais. Práticas pedagógicas.

## ABSTRACT

This work was based on questions, wanting to know how the municipality of João Pessoa/PB presents the stage of Early Childhood Education in its policy. The research discusses the Early Childhood Education Policies in the municipality of João Pessoa/PB and the training of teachers at this stage, in order to analyze how the municipal Early Childhood Education policies of João Pessoa are thought and how this can contribute to the training of teachers. Therefore, it was necessary to carry out a survey of municipal policies for Early Childhood Education; identify policies related to the training of Early Childhood Education teachers; and analyze how these documents can influence the training of teachers. Documentary research was then carried out based on 6 (six) documents produced between the years 2021 and 2022 that bring elements about the Early Childhood Education policies in the municipality of João Pessoa/PB. To identify the data and results of the analysis, 12 (twelve) tables were organized containing the title, the question on the analysis sheet, the name of the documents and whether/how they address the issue. In each frame, an analysis was carried out based on the question and what the document contained about it, in dialogue with the theoretical framework. Given this, it appears that the way in which the educational policies of the municipality in question are thought points to a historical-social bias, bringing the child as an active subject and protagonist of his process as a human being. The documents allow open dialogue, being flexible to think about improvements in Early Childhood Education policies. Faced with this, the documents indicate that the training of Early Childhood Education teachers in the municipal network of João Pessoa/PB must be in line with what is established about the first stage of Basic Education, which can significantly affect the reflection of these professionals, in their role as educators, in the objective of Early Childhood Education, understanding the possible ways to carry out their pedagogical practice. This leads to the understanding that the present research can bring significant contributions, in the sense of offering an expansion of the discussion of this stage of Basic Education, through analyzes in the educational policies of the municipality of João Pessoa, opening up to a more focused look at this public, with the possibility of creating new Child Education policies.

**Keywords:** Early Childhood Education. Teacher training. Educational policies. Pedagogical practices.

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                    |    |
|------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 - Contexto que o documento foi criado .....                               | 40 |
| Quadro 2 - Destinação do documento .....                                           | 41 |
| Quadro 3 - Vozes dos participantes no processo de implementação do documento ..... | 42 |
| Quadro 4 - Fundamentos teóricos do documento .....                                 | 43 |
| Quadro 5 - Compreensão de Educação Infantil .....                                  | 44 |
| Quadro 6 - Concepção de criança e infância .....                                   | 48 |
| Quadro 7 - Relação entre o cuidar e o educar .....                                 | 49 |
| Quadro 8 - Currículo na Educação Infantil .....                                    | 51 |
| Quadro 9 - Formação das professoras da Educação Infantil .....                     | 54 |
| Quadro 10 - Atribuições das professoras da Educação Infantil .....                 | 59 |
| Quadro 11 - Direito de formação das professoras .....                              | 60 |
| Quadro 12 - Formação das professoras e a concepção de criança e infância .         | 61 |

## **LISTA DE SIGLAS**

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CF - Constituição Federal

CNE - Conselho Nacional de Educação

CREI - Centro de Referência em Educação Infantil

DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

DEI - Departamento de Educação Infantil

DPEIMJP - Diretrizes Pedagógicas de Educação Infantil da rede Municipal de João Pessoa

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EVA - Etileno Acetato de Vinila

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PEMJP - Política de Educação Municipal de João Pessoa

PNE - Plano Nacional de Educação

PROBEX - Programa de Bolsas de Extensão

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

## SUMÁRIO

|                                                                                                                |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                      | <b>12</b> |
| <b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>                                                                     | <b>16</b> |
| 2.1 Apresentando os documentos da pesquisa .....                                                               | 17        |
| <b>3 EDUCAÇÃO INFANTIL E POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) .....</b>                                    | <b>19</b> |
| 3.1 Educação Infantil: educação, avanços legais, infância e cuidado .....                                      | 22        |
| 3.2 Professores(as) de Educação Infantil: práticas pedagógicas e políticas de formação .....                   | 30        |
| <b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: políticas de Educação Infantil do município de João Pessoa/PB .....</b> | <b>39</b> |
| 4.1 Análise das políticas de Educação Infantil do município de João Pessoa ..                                  | 39        |
| 4.2 Análise voltada a formação das professoras de Educação Infantil da rede municipal de João Pessoa/PB .....  | 53        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                            | <b>64</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                       | <b>68</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>                                                                                         | <b>72</b> |

## INTRODUÇÃO

A criança, hoje considerada um sujeito ativo e de direitos, nem sempre foi vista assim em diferentes contextos históricos. Por muito tempo, não foi percebida como protagonista do seu processo enquanto ser humano, sendo caracterizada como um ser ingênuo, frágil e indefeso. Diante de várias concepções sobre ela, a perspectiva histórico-cultural parte da concepção de que as crianças são seres ativos e produtores de cultura, e com a mediação pedagógica podem se tornar protagonistas do seu desenvolvimento e potencialidades (DRAGO; RODRIGUES, 2009; AQUINO, 2015). É importante salientar que o ser criança sempre existiu, porém, o entendimento de criança e de infância é que foi se construindo e se modificando ao longo da história.

Com discussões acerca do conceito infância, foi possível entender que existem várias infâncias, até mesmo na mesma época, a depender como a sociedade e o contexto no qual a criança está inserida entende essa etapa da vida do indivíduo. Por isso, à medida que o tempo foi passando, a Educação Infantil se tornou um dos aspectos fundamentais para o desenvolvimento das crianças.

Conforme estudos de pesquisadores da área e o avanço da sociedade, busca-se compreender as experiências e descobertas que a primeira infância apresenta quando realizadas de maneira intencional, promovida por profissionais da Educação Infantil, ao levar em consideração os estímulos para o desenvolvimento da criança e o contexto que ela vivencia, proporcionando aprendizagem na sua integralidade ao longo da vida.

No Brasil, atualmente, a Educação Infantil que vai dos 0 aos 5 anos, está organizada como a primeira etapa da Educação Básica brasileira e tem sido pauta nas discussões das políticas educacionais no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios que sempre, em consonância, devem nortear seus sistemas de ensino. Contudo, para chegar nesse cenário educacional foi necessário um percurso de discussões e aspirações sociais.

No âmbito nacional, apenas no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, começou a se pensar em políticas de Educação Infantil, compreendendo a indissociabilidade entre o ato de cuidar e educar e como eles

são importantes nos ambientes educacionais. Assim, os documentos legais passaram a orientar o que desejam para as crianças de 0 a 5 anos.

A Constituição Federal (CF, 1988), nossa Carta Magna, elenca pontos sobre a Educação Infantil acerca da organização, quantidade de recursos e quem deve atuar, prioritariamente, nessa etapa da Educação Básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) apresenta alguns artigos, parágrafos e incisos que abordam a Educação Infantil, além de dispor de uma seção voltada a essa etapa, para nortear os sistemas de ensino, proporcionando o desenvolvimento integral dessas crianças. Aborda também questões relacionadas a formação de professores(as), pontuando que as políticas de Educação Infantil, para que sejam colocadas em prática, necessita de docentes capacitados. Assim, a formação desse profissional é um ponto crucial para realização da prática pedagógica consciente.

No Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), as metas 1, 15 e 16 falam sobre a garantia de política nacional de formação dos profissionais da educação. Dessa forma, compreende-se que o PNE enfatiza a necessidade de qualificar os docentes, para que eles possam entender qual é o seu papel enquanto educador infantil.

Considerando que a formação de professores(as) é como um diamante lapidado, faz-se necessário “polir” para resplandecer a sua beleza. Essa beleza seria a consciência do seu papel enquanto educador e a busca diária de formação, buscando estratégias e habilidades pertinentes para o desenvolvimento da criança, tornando-a protagonista do seu processo.

Refletindo sobre essas questões, este trabalho surge com a ideia de pesquisar sobre as políticas de educação municipais de João Pessoa voltada à Educação Infantil e a Formação das Professoras desse sistema de ensino. Tudo isso se deu após eu participar como extensionista de um projeto coordenado pela professora doutora Ana Luísa Nogueira de Amorim.

Em um dos encontros da extensão a professora Ana Luísa apontou que a Constituição Federal de 1988 foi um marco para a Educação Infantil. Mesmo não trazendo inicialmente o termo “Educação Infantil”, apresentou a ideia da oferta de educação para crianças pequenas, tudo isso devido a lutas e anseios sociais. Comentou também que, posteriormente, foram surgindo documentos

abordando a Educação Infantil. Essas informações me fizeram questionar: Que documentos são esses? Como eles abordam e direcionam algo para as crianças de 0 a 5 anos? Quais avanços significativos ocorreram nas políticas educacionais até os dias de hoje para essa etapa?

O projeto de extensão foi direcionado para as professoras do 0 a 3 anos da cidade de João Pessoa, no entanto, essas interrogações me fizeram querer saber como esse município apresenta em sua política a etapa da Educação Infantil. Sabe-se que, mesmo precisando estar alinhado com as políticas públicas de esfera federal e estadual, as políticas municipais vão se alterando mediante a concepção que o poder executivo e a nova equipe têm sobre infância e criança e no tipo de cidadão que se pretende formar na sociedade.

Outra motivação se deu, devido a importância da formação de professores(as), tendo em vista existir pessoas que desconsideram essa necessidade. Isso me faz pensar bastante sobre a desvalorização dessa profissão. Sempre penso que, para você realizar uma cirurgia do coração, é preciso ser médico cardiologista cirurgião. Jamais um técnico em enfermagem poderá realizar uma cirurgia, pois ele não é formado, nem tem habilitação para tal função. E por que, quando se trata da formação de professores(as), principalmente da Educação Infantil, etapa que é primordial no desenvolvimento humano, existem lacunas, onde pessoas despreparadas podem atuar?

A relevância social do problema a ser investigado ocorre pela necessidade de compreender e colocar em prática as políticas educacionais e pelo fato da formação de professores(as) de crianças de 0 a 5 anos ainda se encontrar em um processo inicial de definição, carecendo de maiores discussões teóricas, sendo de relevante reflexões e avanços nos estudos dessa temática, que faz parte da primeira etapa da Educação Básica, onde é proporcionado o desenvolvimento integral da criança de forma intencional.

A pesquisa pode trazer contribuições significativas, no sentido de oferecer ampliação da discussão dessa etapa da Educação Básica, através de análises nas políticas educacionais do município de João Pessoa, dando abertura para se ter um olhar mais voltado a esse público, com a possibilidade de criação de novas políticas de Educação Infantil. Pode contribuir para que diariamente sejam pensadas formações que tenham como foco o desenvolvimento infantil em seus

aspectos físico, psicológico, intelectual e social, promovendo um preparo para atuar nessa área, visando estratégias, ações pedagógicas e assim, possibilitar às crianças avanços significativos e de qualidade na infância.

O presente estudo tem como tema as políticas de Educação Infantil municipais de João Pessoa, tendo como **questão de pesquisa**: de que maneira é pensada as políticas de Educação Infantil municipal de João Pessoa e como isso pode contribuir na formação das professoras que atuam nessa etapa?

Tem como **objetivo geral**: Analisar de que maneira são pensadas as políticas de Educação Infantil municipal de João Pessoa e como isso pode contribuir na formação das professoras.

Como **objetivos específicos** pretende-se:

- Realizar levantamento das políticas municipais para a Educação Infantil;
- Identificar as políticas referentes à formação de professoras de Educação Infantil.
- Analisar como esses documentos podem influenciar a formação das professoras.

O trabalho se organizou em 5 capítulos, tendo no capítulo 1 a parte introdutória. O capítulo 2 aborda sobre os procedimentos metodológicos, apresentando os documentos que fazem parte da pesquisa. O capítulo 3 discute acerca da Educação Infantil e das políticas de formação de professores(as). O capítulo 4 tem o viés de apresentação e análise dos dados das políticas de Educação Infantil do município de João Pessoa/PB através da seleção de 6 (seis) documentos elaborados entre os anos de 2021 e 2022. Ao final, são apresentadas as considerações finais.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa. Esse tipo de pesquisa “[...] aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2002, p. 22). Ou seja, não usa elementos para quantificar ao realizar a análise dos dados.

Inicialmente, foi realizada uma revisão da literatura acerca da Educação Infantil e da formação de professores(as) para possíveis contribuições no embasamento teórico que fizeram parte deste trabalho. Nesse sentido, em linhas gerais, as discussões sobre Educação Infantil e a formação de professores(as), foram embasadas nas contribuições dos estudos de Bernardete A. Gatti (2010), Carolina Gobbato; Maria Carmem Silveira Barbosa (2022), Maria Fernanda Rezende Nunes; Patrícia Corsino e Vital Didonet (2011), Sônia Kramer (2007) e Zilma Ramos de Oliveira (2002).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, o tipo de pesquisa que conduziu esse trabalho foi a pesquisa documental. Conforme Gil (2002) é aquela pesquisa que ainda não recebeu um olhar analítico, chamada de documento “de primeira mão”.

Considerando que a pesquisa documental segue o mesmo direcionamento da pesquisa bibliográfica, há quem não saiba diferenciar os dois tipos de pesquisas pela semelhança das fases do desenvolvimento, que acontece entre elas em boa parte dos casos. Porém, Gil (2002) ressalta que:

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002, p. 45).

O tipo de pesquisa documental apresenta materiais com elementos de informações, como por exemplo: leis, normas, regulamentos, revistas, imagens, manuscritos, cartas, entre outros, que possibilita um tratamento analítico.

Para Prodanov e Freitas (2013) o entendimento de documento vem a ser:

[...] qualquer registro que possa ser usado como fonte de informação, por meio de investigação, que engloba: observação (crítica dos dados na obra); leitura (crítica da garantia, da

interpretação e do valor interno da obra); reflexão (crítica do processo e do conteúdo da obra); crítica (juízo fundamentado sobre o valor do material utilizável para o trabalho científico) (PRODANOV; FREITAS; 2013, p. 56).

Assim, a pesquisa documental requer leituras minuciosas para compreender, interpretar e de maneira coerente, refletir e analisar criticamente o documento.

Vale ressaltar que, a análise documental apresenta alguns pontos positivos. De acordo com Gil (2002), é fonte rica, sendo exata nos dados e informações, tendo estabilidade de revisão, custo benefício e ampla duração por parte do tempo, além de possibilitar leituras aprofundadas das fontes.

## **2.1 Apresentando os documentos da pesquisa**

Os documentos que serão analisados nesse trabalho são de fonte primária e oficial da rede municipal de João Pessoa.

A pesquisa documental ocorre através de 3 etapas básicas: Pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Partindo disso, na primeira fase dessa análise, foram selecionados 6 (seis) documentos educacionais de esfera municipal dos anos de 2021 e 2022. São eles: 1. Política de Educação Municipal de João Pessoa; 2. Diretrizes pedagógicas de Educação Infantil; 3. Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas; 4. O Boletim pedagógico – Colônia de férias: a arte do brincar na Educação Infantil; 5. Boletim pedagógico – Orientações iniciais para o ano letivo 2022 Educação Infantil; 6. Boletim pedagógico – Semana do bebê: movimentos sensíveis com e para a primeira infância.

A Política de Educação Municipal de João Pessoa (PEMJP, 2021) é um documento que foi criado no ano de 2021, pensado para os anos 2021-2024. É organizado em 29 páginas. A sua elaboração foi feita pela equipe da Secretaria de Educação e Cultura da cidade de João Pessoa. Contém 11 tópicos, tendo o tópico 3 voltado a Educação Infantil e os CREI's.

As Diretrizes pedagógicas de Educação Infantil da rede municipal de João Pessoa (DPEIMJP, 2022) é um documento orientador criado no ano de 2021, tendo a sua versão ampliada no ano de 2022. Contém 52 páginas, sendo organizado em 8 partes. Foi elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura,

através do Departamento de Educação Infantil (DEI) do município de João Pessoa/PB para dar suporte ao trabalho pedagógico realizado nas turmas de Educação Infantil das unidades educacionais municipais.

O Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas, é um documento que contém 34 páginas, elaborado no ano de 2021 para apresentar alguns norteamentos, visando melhorar o cenário educacional da rede municipal de João Pessoa. É organizado em 10 partes, tendo o tópico 4 relacionado a Educação Infantil.

O Boletim pedagógico – Colônia de férias: a arte do brincar na Educação Infantil, é um documento que possui 3 páginas, onde aborda um conjunto de vivências pedagógicas no período das férias do ano letivo de 2022.

O Boletim pedagógico – Orientações iniciais para o ano letivo 2022 Educação Infantil é um documento de 3 páginas, que norteia as unidades educativas da rede municipal de João Pessoa voltadas ao planejamento, execução, avaliação e reavaliação das ações pedagógicas de modo coletivo.

O Boletim pedagógico – Semana do bebê: movimentos sensíveis com e para a primeira infância, é um documento que apresenta algumas sugestões de estratégias em alusão à semana do bebê, contendo 6 páginas.

A segunda etapa da análise documental explora os documentos selecionados, visando encontrar questões voltadas as políticas de Educação Infantil e de que maneira, explicitamente ou implicitamente, ressalta a formação das professoras dessa etapa.

A terceira etapa é a interpretação e a reflexão dos resultados embasada nos documentos para saber se estão em consonância com os documentos nacionais e os referenciais teóricos, na intenção de responder à pergunta norteadora da pesquisa.

O instrumento utilizado para nortear essa pesquisa e realizar a análise dos documentos na busca de encontrar respostas, deu-se por meio de uma ficha de perguntas elaborada pela pesquisadora.

### 3 EDUCAÇÃO INFANTIL E POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS)

A Educação Infantil é um processo de construção social. No Brasil, até o século XIX, não se tinha instituições voltadas a Educação da criança. Vale ressaltar que até a metade do século XIX, foi um período marcado pela abolição da escravidão no país. Dessa maneira, com as mudanças da sociedade e das relações de trabalho, assim como os homens, fosse pela liberdade e/ou necessidade, as mulheres passaram a trabalhar fora de casa. Com esse cenário, houve-se uma necessidade de pensar onde, como e o que fariam as crianças da primeira infância, já que os seus responsáveis estariam trabalhando. Então, fez-se necessário a criação de locais para os trabalhadores deixarem seus filhos ou dependentes durante a longa jornada de trabalho.

No século XX, em meados da década de 1930, segundo Mota et al. (2021), é que a Educação Infantil começa a ter participação direta do setor público, mesmo que de maneira sutil. A partir da década de 1940, iniciativas governamentais ampliaram locais para ocupação das crianças, buscando garantir a infância (vida) desses sujeitos. Oliveira (2002, p. 79) aborda que “[...] as creches eram planejadas como instituição de saúde, com rotinas de triagem, lactário, pessoal auxiliar de enfermagem, preocupação com a higiene do ambiente físico.” Ou seja, os espaços para crianças pequenas eram mais no sentido de saúde e higiene, na intencionalidade de combater grandes índices de mortalidade infantil que era predominante na época.

Pensando no contexto da sociedade que ocorreram essas propostas para as crianças, as Constituições Federais de 1934, 1937, 1946 e 1967 apresentavam de modo vago questões voltadas a infância, centrados mais na assistência social, não apresentando direcionamentos mais específicos para com a Educação.

A Constituição Federal de 1934 dispunha que:

Art. 121 § 3º - Os serviços de amparo à maternidade e à **infância**, os referentes ao lar e ao trabalho feminino, assim como a fiscalização e a orientação respectivas, serão incumbidos de preferência a mulheres habilitadas.

Art. 138 Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: c) amparar a maternidade e a **infância**;

Art. 141 É obrigatório, em todo o território nacional, o amparo à maternidade e à **infância**, para o que a União, os Estados e os Municípios destinarão um por cento das respectivas rendas tributárias (BRASIL, 1934).

A Constituição Federal de 1937 estabelecia que:

Art. 15 Compete privativamente à União: IX - fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da **infância** e da juventude;

Art. 122 § 15º: b) medidas para impedir as manifestações contrárias à moralidade pública e aos bons costumes, assim como as especialmente destinadas à proteção da **infância** e da juventude;

Art. 127 A **infância** e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades.

O abandono moral, intelectual ou físico da **infância** e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las do conforto e dos cuidados indispensáveis à preservação física e moral.

Art. 129 A **infância** e a juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais (BRASIL, 1937).

A Constituição Federal de 1946 apresentava em seu Art. 164 que:

É obrigatória, em todo o território nacional, a assistência à maternidade, à **infância** e à adolescência. A lei instituirá o amparo de famílias de prole numerosa (BRASIL, 1946).

E a Constituição Federal de 1967 trazia em seu Art. 167, § 4º que:

A lei instituirá a assistência à maternidade, à **infância** e à adolescência (BRASIL, 1967).

Constata-se assim, o descompromisso governamental com a Educação das crianças de 0 a 5 anos e a carência de um norte por determinação constitucional para com as políticas educacionais voltadas a infância, focando mais na assistência à saúde.

Apenas em 1988, com a nova Constituição Federal, é que foi apresentado como uma das garantias dos trabalhadores brasileiros, o direito a “assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas” (BRASIL, 1988, art. 7 XXV). No caso, para se ter

essa assistência de forma gratuita, foi preciso articular políticas educacionais que garantissem o direito social desses cidadãos.

Antes da redemocratização de 1988, a ideia de assistência tinha outros significados no trabalho com as crianças realizados em creches e pré-escolas. Não necessariamente era um ambiente de desenvolvimento educacional intencional e integral. Havia espaços de caráter assistencial-protetor, como também surgiram locais pensados mais em um trabalho educativo.

No cenário atual, pesquisadores da Educação Infantil apresentam a “assistência” em uma esfera mais ampla, voltada a concepção desse local no viés pedagógico, onde o cuidar e o educar caminham juntos de maneira contínua. No entanto, para chegar nesse contexto foi necessário estudos, discussões, lutas sociais sobre essa etapa da Educação Básica e o seu papel na promoção do desenvolvimento infantil.

À medida que os lugares infantis foram sendo ocupados, houve uma necessidade de colocar adultos para estarem com essas crianças. Segundo Oliveira (2002) em troca de dinheiro, mulheres assumiam a responsabilidade de cuidar de crianças enquanto os responsáveis trabalhavam. Não havia uma exigência específica para atuarem nesses ambientes. Nesse sentido, “a profissionalização dos educadores que trabalham na Educação Infantil é um processo cultural que depende da função atribuída à creche e à pré-escola” (OLIVEIRA, 2002, p. 21). Por esse motivo, até os dias de hoje, existe um pensamento superficial acerca desse profissional, considerando a ideia de que, mesmo sem preparo, “qualquer pessoa pode ser professor(a) de criança”. Isso acontece justamente devido a esse processo de mudanças culturais.

É preciso romper certos paradigmas sobre a concepção de professor(a) através de políticas de formação de professores(as) da Educação Infantil, da valorização e da conscientização do que é ser docente e qual é o seu papel nessa etapa da Educação Básica. Dessa forma, as leituras a seguir trazem um apanhado histórico sobre as ideias de educação, avanços legais, infância, cuidado para Educação Infantil, práticas pedagógicas, políticas de formação e o que estabelece os documentos de políticas de Educação Infantil do município de João Pessoa/PB e se contribuem para formação das professoras dessa etapa.

### 3.1 Educação Infantil: educação, avanços legais, infância e cuidado

A educação por si é proveniente do ser humano. Brandão (2007) afirma que ninguém escapa dela. Onde existem grupos de pessoas, ali a educação acontece. A educação tem o sentido de “preparar o indivíduo para o mundo” (MALHEIROS, 2019, p. 43). Assim, entende-se que a escola/espço educacional não é o único lugar onde a educação se dar.

Alguns estudiosos conceituam três ambientes onde a educação acontece e caracterizam como formal, informal e não-formal. A educação formal tem um viés sistematizado, intencional, previamente organizada e devendo ser contextualizada com as necessidades sociais. Já a educação informal acontece de modo espontâneo no meio familiar, no bairro onde mora, na igreja que frequenta, entre amigos, onde a bagagem de valores e culturas são acumulados pelas gerações anteriores. Enquanto a educação não-formal ocorre de forma assistemática “no mundo da vida”, porém consciente e intencional, na troca de experiência e saberes dos sujeitos (GOHN, 2006; MALHEIROS, 2019).

No Brasil, a educação formal passou por várias nuances. As Constituições Federais de 1934, 1937, 1946, 1967, por exemplo, apontavam a responsabilidade e ministração da educação, em maior parte, pela família.

A Constituição Federal de 1934 apresentava que:

Art. 149 A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934).

A Constituição Federal de 1937 estabelecia que:

Art. 125 A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular (BRASIL, 1937).

A Constituição Federal de 1946 definia que:

Art. 166 A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana (BRASIL, 1946).

E a Constituição Federal de 1967 apontava que:

Art. 168 A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana (BRASIL, 1967).

É evidente como o Estado descentralizava a sua incumbência para com a educação, colocando a maior parte da responsabilidade educativa nos responsáveis das crianças. Isso demonstra o modo como se percebia/valorizava a educação nessas épocas. Contudo, como a sociedade vive em constante movimento e o contexto histórico influencia na forma que se pensa as políticas educacionais, hoje em dia, os locais formais passaram a ter esse dever de educar, sob responsabilidade do Estado desde o nascimento do indivíduo. Então, precisa-se considerar elementos que garantam uma educação de qualidade, buscando promover transformação nos sujeitos que passam por esses espaços.

Com as mudanças que ocorreram no Brasil, depois do Regime Militar, com o advento da nova Constituição Federal (CF), aprovada em 1988, a Educação passa a ter uma seção só para ela. O Art. 205 apresenta que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sendo assim, todas as pessoas têm assegurado o direito a esse acesso básico.

A definição das três finalidades para a Educação, apresentadas no parágrafo anterior, gerou interrogações de como se daria a formação da criança de 0 a 5 anos para alcançar o objetivo principal da Educação já que é direito de todos. Diante disso, surge a necessidade de se criar Políticas Educacionais que viabilizem a promoção desse direito através de diretrizes, documentos normativos, referenciais, programas e ações práticas, que garantam o que está posto na CF de 1988.

As políticas para a Educação Infantil, como parte da Educação Básica, compreendem-se como algo recente, tendo em vista seu processo de inclusão no sistema de ensino lá para o final do século XX, em meados da década de

1990, uma vez que, até o final da década de 1980, essa primeira etapa era dicotômica ao trazer os termos educar e cuidar, além de não ter obrigatoriedade.

A constituição Federal de 1988, apresenta propostas de Educação para as crianças da primeira infância, reconhecendo a “[...] educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino” (OLIVEIRA, 2002, p. 90). Porém, o texto acerca da Educação Infantil só foi adicionado na CF de 1988 posteriormente, com algumas emendas constitucionais.

Como a Educação é um direito garantido desde o nascimento, a CF de 1988, traz responsabilidades voltadas a Educação Infantil para os Municípios, porém, sem isentar o Estado e a União de colaborar com essa etapa. Assim, com essa conquista do público da Educação Infantil, os Art. 208 IV, Art. 211 § 2º, Art. 212-A § 3º, da CF (1988) passam a fazer apontamentos sobre a Educação Infantil, dada pelas emendas constitucionais nº 53, de 2006; nº 14, de 1996; e nº 108, de 2020, onde apresentam:

Art. 208 IV Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Art. 211 §2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

Art. 212-A § 3º Será destinada à educação infantil a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais a que se refere a alínea "b" do inciso V do **caput** deste artigo, nos termos da lei." (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) (BRASIL, 1988).

Um documento importante aprovado em 1990, foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que mesmo sem trazer especificidades para a Educação Infantil, assume o compromisso sobre os direitos das crianças acerca da Educação. Isso envolve, sobre tudo, um capítulo específico para tratar do direito à Educação [...]. Em seu Art. 53 objetiva que a criança tem “[...] direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990).

É importante destacar que os avanços legais para a Educação Infantil não aconteceram repentinamente. Diante do histórico educacional brasileiro desde a chegada dos jesuítas ao Brasil, foi preciso muita luta para alcançar essas conquistas. Por isso, cada marco da Educação Infantil é triunfante e precisa ser

valorizado. Pensando nisso, vale ressaltar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), como um período significativo no processo de definição da Educação Infantil como etapa da Educação Básica.

A LDBEN (1996) em seu Art. 21 apresenta a organização da Educação Escolar, dizendo que “compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio”. Isto é, a Educação Infantil tornou-se oficialmente parte da Educação Básica. Essa primeira etapa vai do 0 aos 5 anos de idade, que conforme essa Lei, é dividida em duas fases: “I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade” (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996, Art. 30, I e II).

A reorganização da Educação Básica, além de marco histórico, foi um avanço significativo no processo das políticas educacionais da Educação Infantil, dando a oportunidade das crianças de 0 a 5 anos ocuparem as unidades educativas de maneira legal, participando de vivências que contribuíssem no seu desenvolvimento humano. Considerando isso, a Educação Infantil traz consigo um compromisso de formação da criança dessa etapa.

O Art. 29 da LDBEN (1996) apresenta a finalidade educativa para as crianças da Educação Infantil. Vai estabelecer a promoção para “o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996). Portanto, percebe-se a necessidade de criar estratégias para promover esse objetivo e que tipo de sujeito pretende se formar na sociedade.

É de se questionar a parte do texto do Art. 29 ao estabelecer que a finalidade da Educação Infantil vai “complementando a ação da família e da comunidade”. Se o(a) professor(a) é o profissional que estuda, que sabe criar estratégias pedagógicas de maneira intencional para serem desenvolvidas nas unidades educativas, por que é ele/ela quem complementa ação e não a família e a comunidade? Assim, percebe-se uma brecha sobre a desvalorização do(a) professor(a) dessa etapa.

A discussão sobre o papel da família, das unidades educativas e do Estado supostamente daria pauta para outras discussões, entretanto, não é o enfoque da presente pesquisa.

Dois anos depois da LDBEN de 1996, foi publicado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), que apontava a implementação de práticas educativas de qualidade, no intuito de promover o desenvolvimento integral e identitário das crianças, buscando o reconhecimento dos direitos à infância (BRASIL, 1998).

A década de 2000 foi um período recorrente de discussão acerca das políticas de Educação Infantil. Em 2009, através da Resolução Nº 5, de 17 de dezembro, foi aprovada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009). Esse documento foi importante por considerar a organização do currículo e das propostas pedagógicas na Educação Infantil, afirmando a criança como sujeito histórico e de direitos (BRASIL, 2009).

Em 2018, 22 (vinte e dois) anos depois da promulgação da LDBEN de 1996, surge o documento normativo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), onde apresenta algumas especificidades para a Educação Infantil. Diferente da LDBEN de 1996, organizou as crianças em três grupos e nomenclaturas. São elas: os bebês, que vai do zero a 1 ano e 6 meses; as crianças bem pequenas, que vai de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses; e das crianças pequenas, que vai dos 4 aos 5 anos e 11 meses (BRASIL, 2018). Essas alternâncias de divisões fazem parte das concepções dos elaboradores da LDBEN (1996) e da BNCC (2018), como também das mudanças significativas do tempo que cada uma foi escrita. Contudo, não desmerecem o sentido da organização que elas apresentam as fases das crianças.

A BNCC (2018) enfatiza o desenvolvimento infantil pensando em alguns elementos. São eles, os eixos estruturantes que trazem as interações e brincadeira; os 6 (seis) direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança, que são Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se, inseridos nos 5 (cinco) campos de experiência que são O Eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações; levando sempre em consideração a flexibilidade e a singularidade de cada pessoa (BRASIL, 2018).

É interessante pontuar que, mesmo com as especificidades de cada idade, para toda a Educação Infantil a intenção deve ser a promoção do desenvolvimento e aprendizagem dos sujeitos, sendo preciso respeitar a singularidade de cada criança, sem deixar o “engessamento” e a “linearidade” serem “carro-chefe” do desenvolvimento infantil.

Os documentos citados acima trazem o enfoque dos avanços legais para a criança, fortalecendo o seu protagonismo e especificidade, considerando a boa parte do tempo que ela passa a sua infância em lugares formais.

Por vez, os documentos legais procedem de concepções dos estudos de teóricos da infância, onde reconhecem “[...] que a criança é um todo, que o físico, o social, o emocional e o intelectual são apenas aspectos de um ser único e integral e que um não se realiza bem sem os outros” (NUNES; CORSINO; DIDONET; 2011, p. 13). Dessa forma, a criança é percebida como sujeito ativo, histórico, de direito e produtora de cultura, participante da sociedade.

Em conformidade com Maia (2012), entende-se que:

A criança é ator social, participe da construção da sua própria vida e da vida daqueles que a cercam. As crianças têm voz própria, devem ser ouvidas, consideradas com seriedade e envolvidas no diálogo e na tomada de decisões democráticas; e infância é o que vive a criança, seja como foi vivenciada. (MAIA, 2012, p. 22)

A História da Infância revela que nem sempre a criança foi ator social, sujeito ativo e de direito. Assim, “[...] o significado genérico da infância está diretamente ligado às transformações sociais, culturais, econômicas, etc. da sociedade de um determinado tempo e lugar, que possui seus próprios sistemas de classes, de idades e seus sistemas de status e de papel social” (SOUZA; MUBARAC SOBRINHO; HERRAN; 2017, p. 123).

Até a metade do século XVI, a sociedade compreendia a criança como um pequeno adulto. Ariès (1986), afirma que por muito tempo o período da infância foi considerado a etapa mais frágil da criança, levando-a a ser tratada como ser ingênuo, angelical, pura, engraçadinha e até mesmo como um animalzinho. Os trajes se igualavam ao dos adultos, por ser percebida, literalmente, como uma miniatura deles.

Pode-se afirmar que o entendimento de infância passou por ajustes na medida que a sociedade foi passando por transformações. De acordo com

Kramer (2007, p. 14), “a inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização da sociedade”. Isso ocorre justamente pelas nuances de como os adultos, nas relações com as crianças, pensam como é e/ou como deveria ser a infância.

Trazendo a ideia de infância na contemporaneidade e como se percebe o ser criança, Kramer (2007) afirma que:

Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança). Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista. A infância, mais que estágio, é categoria da história: existe uma história humana porque o homem tem infância (KRAMER, 2007, p. 15).

Logo, ter essa sensibilidade e compreensão dessa concepção acerca da infância e do ser criança é essencial para quem convive diretamente com esses sujeitos. Desse modo, faz-se necessário conhecer os percursos históricos e sociais das crianças, compreendendo-as como os futuros adultos “do amanhã”, mas as crianças “do hoje”, considerando toda a singularidade e riqueza que a infância apresenta, sabendo da troca e produção diária de cultura e da categorização que ela traz como representante ativo da história.

Diante disso, fica claro o quanto os(as) professores(as) da Educação Infantil necessitam ter a lucidez acerca dessas discussões, para saber agir conscientemente e de maneira direcionada com as crianças que estarão nos espaços de vivências, “[...] de modo que lhes garantam um processo integrado de desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2002, p. 140). Assim, consciente da concepção de infância e criança, o(a) professor(a) precisa levar em consideração o cuidar e o educar como ações que também passaram por diferentes concepções.

No Brasil, como já mencionado nesse trabalho, existia uma dicotomia entre o cuidar e o educar na Educação Infantil. Essa ideia de separação se reverberou por longos anos, onde as instituições dessa natureza (cuidar *versus* educar) eram organizadas separadamente, com propósitos diferenciados.

Os espaços de caráter assistencial-protetor eram relacionados ao cuidado. Segundo Oliveira (2002) a alimentação, o cuidado, questões de higiene e segurança física eram bem prestados, em contrapartida, não era considerado a parte educacional, o desenvolvimento intelectual e afetivo dos sujeitos que ocupavam esses ambientes. Já os locais onde o educar era predominante, tinha-se um sentido mais escolarizante/conteudista, onde as crianças com melhores condições de renda eram matriculadas em escolas, visando sua aprendizagem intelectual. Nesse sentido, nota-se a separação entre o cuidar e o educar não apenas no nome, mas também no contexto econômico das crianças que frequentavam um desses locais.

Hoje, estudos apontam o cuidar e o educar de modo indissociável, já que “[...] o mesmo ato que cuida, educa, e o mesmo ato que educa, cuida” (NUNES; CORSINO; DIDONET; 2011, p.14). Ou seja, não há separação entre cuidar e educar, como também o cuidar não complementa o educar. Assim, o cuidar e o educar agem simultaneamente, envolvendo o acolhimento e o respeito.

Atualmente, as ações que envolvem cuidar e educar são cotidianas ao longo das vivências entre a criança e o adulto nas unidades educativas. Por isso, faz-se necessário que o(a) professor(a) tenha algumas características específicas, que compõe o conjunto de elementos para um bom desempenho na Educação Infantil. Portanto, é importante deixar claro que a Educação Infantil não deve acontecer de maneira aleatória. É preciso estudo, dedicação e aprofundamento para atuar nessa etapa, tendo a ciência das concepções de criança e infância e do que é cuidar e educar na sua indissociabilidade.

A formação inicial, não consegue dar conta das variadas discussões que abrangem a Educação Infantil. Mas, considerando que o(a) professor(a) é um eterno aprendiz, a formação continuada precisa fazer parte dele ao longo da jornada profissional. Para isso, faz-se necessário formação diária de qualidade, na esperança de realizar um excelente trabalho, promovendo o protagonismo da criança, permitindo o seu desenvolvimento infantil da melhor forma.

### **3.2 Professores(as) de Educação Infantil: práticas pedagógicas e políticas de formação**

A Educação Infantil é uma etapa que necessita de uma mediação intencional clara e precisa para chegar onde se pretende, que é o desenvolvimento infantil de/com qualidade. Conforme a BNCC (2018):

Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas (BRASIL, 2018, p. 39).

Nesse caso, o(a) professor(a) precisa desenvolver vivências que produzam questionamentos e reflexões, por exemplo, como se pretende fazer, qual a finalidade, para que, por que, já que “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (BRASIL, 2018, p. 39).

As perguntas iniciais devem provocar nos(nas) professores(as) da Educação Infantil questionamentos que promovam ideias relacionadas a educação integral das crianças dessa etapa, na socialização, no cuidado, nas interações e brincadeiras, entre outros. Isso requer muita reflexão e preparo para não confundir e escolarizar essas perguntas norteadoras no sentido da didática de ensino, que visa a transmissão de conteúdos disciplinares específicos. É preciso ressaltar que, Educação Infantil não é ensino infantil com viés conteudista.

Diante disso, Barbosa e Gobbato (2022, p. 318) afirmam que “[...] é urgente refletir sobre o ‘como fazer/educar’ a creche e pré-escola, com base em princípios pedagógicos que primem pelas infâncias e pelos direitos das crianças, de modo a traduzi-los no cotidiano das instituições”. Dessa maneira, faz-se necessário o(a) professor(a) realizar constantes pesquisas que contribuam para melhoria da sua prática, visando sempre nos avanços da Educação Infantil.

A formação de professores(as) da Educação Infantil precisa ser permanente, consciente, significativa e aberta à realidade, na busca de

constantes mudanças do cenário que se encontra. Em conformidade com Barbosa e Gobbato (2022):

[...] há um fazer que perpassa a responsabilidade na construção de um contexto acolhedor e participativo para a educação e o cuidado das crianças, envolvendo organizar os espaços físicos, pensar os tempos, produzir e selecionar materiais, organizar os percursos e propostas oferecidos aos grupos, em ações que se concretizam, redimensionam-se e ganham vida no encontro com as crianças pequenas (BARBOSA; GOBBATO, 2022, p. 318).

Não basta apenas pensar que são profissionais dedicados, simplesmente por enfeitarem as salas de vivências, manusearem de maneira magnífica o Etileno Acetato de Vinila (EVA), imprimirem atividades tiradas da internet, além de declarar que amam as crianças. Sem menosprezar esse tipo de professor(a), faz-se necessário pontuar que essas ações são rasas e não são suficientes para avanços nos processos educacionais, além de não protagonizar as crianças.

Como parte disso, deve-se considerar a rotina como elemento importante no cenário da Educação Infantil. Segundo Saito e Oliveira (2018, p. 7) “[...] a rotina pedagógica, muitas vezes, é direcionada para uma ação marcada pela inflexão decisiva por modelos ideais e que, em sua maioria, não traduzem as necessidades potencializadoras para a aprendizagem e humanização das crianças”. Isso parte de professores(as) acomodados, na zona de conforto, que não buscam se atualizar e refletir suas ações. Essas ações se afastam do que seria requerido de professores(as) de Educação Infantil e acaba prejudicando as crianças. Portanto, realizar práticas pedagógicas que coloquem esses sujeitos no processo deve ser o foco principal do(a) professor(a) dessa etapa da Educação Básica, sendo necessário assim, a transformação de inflexão para reflexão decisiva, gerando ação e promovendo reflexão.

Partindo da veemente necessidade de formar professores(as) que tenham ideia acerca da Educação Infantil, tendo em vista a complexidade e os desafios que a envolve, Oliveira (2002) pontua que a ousadia e a criatividade nesse processo de formação docente são necessárias. Pode-se pensar na observação intencional e direcionada para desenvolver a ousadia e a criatividade e a partir daí elaborar práticas responsáveis para desenvolver com as crianças.

Quando se tem um olhar observador, as vivências se tornam uma prática reflexiva, partindo do querer conhecer cada vez mais a realidade educativa a

qual está inserido. Porém, usar diariamente a ferramenta de observação é uma tarefa árdua, porque o ato de observar, vai além do que se vê. Contudo, faz-se necessário se despir das expectativas redundantes em relação ao que se vai enxergar, tendo uma intencionalidade no que vai ser observado, transcendendo do que já se sabe.

Assim como a observação, o registro também pode ser é uma ferramenta ousada e criativa do(a) professor(a) da Educação Infantil. Segundo Alves 2017) existem variadas formas de registrar as observações e destaca algumas formas de registro, sendo elas:

[...] as anotações por escrito, fotografias, filmagens, gravações em áudio e as produções das crianças. [...] podem ser feitas em cadernos de registros, pautas de observação, fichas sobre a rotina da criança na creche, agenda ou cadernos de recados para as famílias, relatórios individuais ao da turma, portfólios, álbuns, arquivos digitais e exposições para a apreciação da comunidade (ALVES, 2017, p. 11).

Percebe-se o quanto a observação e o registro são ferramentas fundamentais no acompanhamento e norteammento do(a) professor(a) da Educação Infantil para a ação pedagógica. Isso faz o docente rever, repensar e refletir à sua maneira de agir articulada com a rotina, promovendo possibilidades para o desenvolvimento das aprendizagens das crianças.

O conjunto dessas ações leva a considerar a pedagogia da infância, que segundo Silva (2021, p. 94) “nessa abordagem, o currículo parte das observações feitas pela professora das interações e brincadeiras com as crianças, mas não se encerra nas observações e no relato escrito”. Isso só é possível quando se coloca a criança como protagonista, já que “o objeto da Pedagogia da Infância é a própria criança e seus processos de constituição como seres humanos em diferentes contextos sociais, sua cultura, suas capacidades intelectuais, criativas, estéticas, expressivas e emocionais” (SILVA, 2021, p. 97).

Porém, vale ressaltar que, protagonizar a criança não significa que o(a) professor(a) não faz/fará nada. Parte do adulto a intencionalidade do que se pretende com as brincadeiras e interações nos momentos de vivências, assegurando os direitos das crianças, na busca de transformações dos sujeitos.

Assim, há também um fazer subjetivo, relacional, composto na postura de um(a) professor(a) disponível e aberto(a) para ser e estar com as crianças, escutar suas teorias e explicações sobre

o mundo, compartilhar significados e narrativas, enfim, construir com elas ações de cuidado e educação permeadas de acolhimento (BARBOSA; GOBBATO, 2022, p. 318).

A pedagogia da Infância visa uma dinamicidade entre o adulto e a criança. Pensando nisso, o(a) professor(a) da Educação Infantil precisa ter “[...] a capacidade de relacionar-se, de interagir, de tocar, de olhar, de cantar, de correr, de desenhar, e outras tantas características da profissão que envolvem o corpo [...]” (BARBOSA, 2016, p. 136). Assim, essas formas de se relacionar, acaba por potencializar e enriquecer o desenvolvimento e a autonomia da criança, além de criar vínculos de respeito, assegurado nas ações dinâmicas, integradoras e enriquecedoras entre o(a) professor(a) e a criança.

Porém, o trabalho docente requer boas condições de trabalho, remuneração significativa e formação permanentes de qualidade. O baixo-salário é algo que desanima, pela incompatibilidade da quantidade de responsabilidade que precisa ser feita e quanto se ganha, além da longa jornada de trabalho. Os ambientes educacionais muitas vezes não são compatíveis com o que deveria ser, isso acaba por limitar alguma proposta que poderia ser executada caso tivesse locais específicos. A falta de recursos para produzir algum material com ou para a crianças, faz com que os(as) professores(as) acabem tirando dinheiro do próprio bolso para comprar o que falta, contribuindo assim na precarização das vivências. Essa precarização do trabalho do professor, pode produzir efeitos sobre as práticas pedagógicas.

É um emaranhado de coisas que reflete no cenário educacional. Porém, um dos principais desafios para que possíveis mudanças aconteçam no sistema educacional é começando pela base inicial, que no caso é a Educação Infantil. Isso permite considerar que o(a) professor(a) precisa buscar conhecimentos que tratam de aspectos acerca da Educação Infantil. Para isso é preciso perceber que tipo de profissionais atuam nessa etapa e como se preocupam para que o objetivo da Educação Infantil aconteça.

O empobrecimento intelectual e cultural dos(as) professores(as), traz indagações e desesperança para um futuro de uma educação de/com qualidade. De acordo com Gatti (2010) existe uma carência significativa em relação aos domínios de conhecimentos básicos daqueles que entram nos cursos de

formação de professores(as). Essa afirmação é preocupante, pois a acaba refletindo dentro dos espaços educacionais. Para piorar, muitos(as) professores(as) da Educação Infantil concluem o curso com uma formação rasa. Isso só fortalece o descompromisso com a formação de professores(as) da Educação Infantil.

Os profissionais dessa etapa não encontram formação suficiente, pois há um interesse de replicação das técnicas. Vale ressaltar que, a questão não é em si a técnica, mas a falta de reflexões e estímulos para a autenticidade do fazer pedagógico. Em conformidade com Barbosa e Gobbato (2022):

Compreender o(a) professor(a) como um(a) intelectual, que precisa ter uma formação ampla – política, cultural, pedagógica – e possuir clareza do papel da escola, não exclui o conhecimento da técnica, ciência, tecnologia, pois ela é que permite colocar em relação os princípios e a ação de forma criativa [...] em determinado contexto (BARBOSA; GOBBATO, 2022, p. 329).

Mas, é preciso pensar na oferta de formação inicial e permanente de qualidade, tendo em vista que elas precisam “favorecer a construção de um repertório pedagógico ampliado e entrelaçado aos modos de compreender os contextos e suas especificidades” (BARBOSA; GOBBATO, 2022, p. 328).

Diante do que já foi apresentado nesse subcapítulo até agora, é preciso entender que a formação de professor(a) é algo complexo, não podendo ser discutido de modo unitário, devendo considerar a outra “face” ou “interfaces”. Não é justo sobrecarregar toda a culpa e falta de formação e da situação atual educacional no professor, já que a Educação Infantil é um desafio em conjunto. Gatti (2010), aponta que:

Múltiplos fatores convergem para isso: as políticas educacionais postas em ação, o financiamento da educação básica, aspectos das culturas nacional, regionais e locais, hábitos estruturados, a naturalização em nossa sociedade da situação crítica das aprendizagens efetivas de amplas camadas populares, as formas de estrutura e gestão das escolas, formação dos gestores, as condições sociais e de escolarização de pais e mães de alunos [...] e, também, a condição do professorado: sua formação inicial e continuada, os planos de carreira e salário dos docentes da educação básica, as condições de trabalho nas escolas (GATTI, 2010, p. 1359).

Esses diversos fatores apresentados por Gatti (2010), só ressaltam a complexidade que envolve a formação de professores(as), considerando que não é de hoje a existência dessas lacunas.

Ao estudar a História da Educação, sabe-se que o Brasil tem um histórico de descompromisso e desconsideração por parte de políticos e das políticas em relação a formação de professores(as), principalmente com a Educação Infantil. Sempre foi assim, a educação é deixada de lado, mesmo sendo parte do direito social do cidadão brasileiro.

Segundo Piletti e Piletti (2018) somente em meados da década de 1930 é que passou a se estruturar cursos de formação de professores(as). Vale ressaltar que essas formações não eram pensadas para a Educação Infantil. Como já visto neste trabalho, na década de 1930 o contexto de educação era outro e essa etapa não era responsabilidade principal do Estado.

O tempo foi passando, até chegar ao final do século XX, especificamente a década de 1990 e o início do século do XXI, onde se teve um período marcado por ajustes e controvérsias envolvendo as políticas de formação de professores(as) da Educação Infantil, ganhado assim, um espaço significativo nos debates educacionais. Desse modo, a formação docente para Educação Infantil passa a ganhar espaço, mesmo com alguns embates em relação as ideias de formação desses profissionais.

No ano de 1994 criou-se um material organizado pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação e do Desporto chamado “Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil”, tendo como autores especialistas de renome nacional na área de Educação Infantil. A publicação teve como intuito a contribuição para o surgimento de novas ideias para essa etapa e as possibilidades de formação de professores(as). Vale ressaltar que nessa época a Educação Infantil ainda não era parte da Educação Básica (BRASIL, 1994).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o título VI é voltado aos profissionais da Educação e vem apresentar orientações específicas para a formação de professores(as). Algumas lacunas presentes nos Art., § e incisos, promove o enfraquecimento através da desvalorização implícita que esse título apresenta.

Ao trazer que Art. 62 da LDBEN (1996) estabelece:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017) (BRASIL, 1996).

A leitura rápida desse Art.62 pode gerar aplausos, já que, em regra geral, é colocado a formação de professores(as) em nível superior, através do curso de licenciatura plena para atuar na Educação Infantil, dando a entender o compromisso da legislação para com os(as) professores(as) dessa primeira etapa da infância. Contudo, contradiz-se quando fala que todos tem que ter licenciatura, mas é admitido nível médio na Educação Infantil. Essa brecha enfraquece todo processo de luta que se tem para valorizar a categoria e o curso de Pedagogia, tornando a educação precária.

Sendo a pedagogia a ciência que estuda a Educação, os cursos de magistério de ensino médio não trazem discussões que promovam reflexões e mudanças, pois a ementa do curso apresenta mais questões pragmáticas voltada ao “ensino”. Com isso, o senso comum pedagógico nos espaços de vivências, sem ter propriedade acerca das discussões voltadas a Educação Infantil, acaba por replicar ações ultrapassadas e inflexíveis para as crianças dessa etapa. Por isso, a exigência da formação superior em Pedagogia deveria ser a única opção para quem pretende ocupar as unidades educativas de Educação Infantil.

O ano 2006 foi marcado pela aprovação da Resolução Nº 1 do Conselho Nacional de Educação ao trazer Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Os Artigos 2º e 4º apresentam a formação de professores(as) para a Educação e infantil, estabelecendo que:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil [...];

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil [...] (CNE/CP, 2006).

A aprovação desse documento foi um marco significativo para formação de professores(as) da Educação Infantil, onde os cursos de pedagogia passaram

a ter direcionamentos específicos para essa etapa da Educação Básica, após longos períodos de anseios e debates. Porém, há uma complexidade dessa formação, tendo em vista que “essa licenciatura passa a ter amplas atribuições, embora tenha como eixo a formação de docentes para os anos iniciais da escolarização.” (GATTI, 2010, p. 1357). Assim, entende-se que o foco principal desse curso muitas vezes são os anos iniciais do ensino fundamental, o que acaba reduzindo discussões sobre a Educação Infantil na formação inicial.

Desse modo, não se pode fechar os olhos para a falta de valorização da formação de professor(a) que trabalha na Educação Infantil. Sobretudo “[...] há a necessidade de uma formação docente digna, sólida e que atenda às especificidades do trabalho com crianças [...]” (SAITO; OLIVEIRA, 2018, p.10).

Em 2014 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), organizado por metas e estratégias. A meta 1 vem elencar o que se pretende fazer com a Educação Infantil. Duas das estratégias seria a formação de professores(as) para essa primeira etapa da infância, no intuito de:

1.8 promover a **formação** inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.9 estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de **formação** para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos (BRASIL, 2014).

Além da meta 1, através das estratégias 1.8 e 1.9, o PNE (2014) orienta nas metas 15 e 16 formação de professores(as), assegurando a garantia de formação específica e continuada na área em que atua (BRASIL, 2014). Assim, percebe-se a existência de políticas educacionais nacionais que propõe formação de docentes. O que fica de interrogação é saber se elas são suficientes para formação dos(das) professores(as) e como os sistemas de ensino estão articulando suas políticas educacionais para cumprir os compromissos de orientações nas realizações dessas formações.

Saindo do cenário de políticas educacionais no âmbito nacional, fazendo um recorte para as políticas educacionais do município de João Pessoa, a próxima parte do trabalho traz as análises dos documentos de Educação

Municipal de João Pessoa, analisando como eles apontam questões relacionadas a Educação Infantil e como isso pode contribuir na formação de professores(as) dessa etapa.

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: políticas de Educação Infantil do município de João Pessoa/PB**

As políticas educacionais para a Educação Infantil surgem com a ideia de criar estratégias para melhorar, nos seus diversos aspectos e especificidades, a qualidade nessa etapa. Segundo Saviani (2017, p. 4), as políticas educacionais “[...] se formulam no cruzamento de duas ciências práticas, a política e a pedagogia”. Portanto, para que haja um bom desenvolvimento dessas políticas na ideia de avanços e melhoria no cenário educacional, deve-se articular entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a realização de ações para alcançar o que se pretende para com a Educação. Desse modo, o município de João Pessoa elabora políticas de Educação Infantil através de documentos orientadores para que sejam desenvolvidos na prática das unidades educativas. São alguns desses documentos que serão analisados nesse capítulo.

### **4.1 Análise das políticas de Educação Infantil do município de João Pessoa**

Para essa parte do trabalho, foi realizado um levantamento das políticas municipais da cidade de João Pessoa. Foram selecionados para estudo/análise, 6 (seis) documentos entre os anos de 2021 e 2022, de políticas educacionais pensadas para a Educação Infantil dessa rede municipal. São eles: 1. Política de Educação Municipal de João Pessoa; 2. Diretrizes Pedagógicas de Educação Infantil; 3. Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas; 4. O Boletim pedagógico – Colônia de férias: a arte do brincar na Educação Infantil; 5. Boletim pedagógico – Orientações iniciais para o ano letivo 2022 Educação Infantil; 6. Boletim pedagógico – Semana do bebê: movimentos sensíveis com e para a primeira infância.

Para a análise dos documentos utilizamos como instrumento uma ficha de perguntas, com vistas a identificar as políticas de Educação Infantil, fazendo uma análise dos dados da pesquisa através de um diálogo com os documentos selecionados, buscando saber se/como eles podem contribuir na formação das professoras das unidades educativas dos Centros de Referência em Educação Infantil (CREI's)/escolas.

A ficha foi dividida em duas etapas. No primeiro momento, buscando trazer informações acerca das políticas de Educação Infantil do município de João Pessoa e na segunda parte, sobre a formação das professoras dessa etapa.

Os dados coletados foram organizados em quadros para melhor compreensão do que cada documento traz, seguindo o direcionamento do instrumento da pesquisa, que é a ficha de perguntas.

**Quadro 1 – Contexto que o documento foi criado**

| <b>EM QUE CONTEXTO O DOCUMENTO FOI CRIADO?</b>                                                  |            |                                 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|---------------------------------|
| <b>DOCUMENTO</b>                                                                                | <b>ANO</b> | <b>CONTEXTO DE CRIAÇÃO</b>      |
| <b>Política de educação municipal de João Pessoa</b>                                            | 2021       | Durante a pandemia da Covid-19. |
| <b>Diretrizes pedagógicas de Educação Infantil</b>                                              | 2022       | Durante a pandemia da Covid-19. |
| <b>Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas</b>       | 2022       | Durante a pandemia da Covid-19. |
| <b>Boletim pedagógico – Colônia de férias: a arte do brincar na Educação Infantil</b>           | 2022       | Durante a pandemia da Covid-19. |
| <b>Boletim pedagógico – Orientações iniciais para o ano letivo 2022 Educação Infantil</b>       | 2022       | Durante a pandemia da Covid-19. |
| <b>Boletim pedagógico – Semana do bebê: movimentos sensíveis com e para a primeira infância</b> | 2022       | Durante a pandemia da Covid-19. |

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2022.

Destaca-se a conjuntura em que esses documentos foram criados, considerado um momento de muitas incertezas no cenário educacional, devido ao contexto de pandemia da Covid-19. Considerando que desde de março de 2020 as crianças da Educação Infantil estavam vivendo no processo de isolamento social, tendo que participar das vivências da própria casa, isso quando tinha recurso. Mas isso é pauta para outra discussão.

O ano de 2020 foi marcado também pelas mudanças no cenário político municipal. Em 2021 um novo prefeito assume o poder executivo municipal, como

chefia da administração dos serviços públicos. Então, é nesse cenário que surge os documentos analisados. A saber que, as políticas de Educação Infantil municipal se ajustam mediante a concepção que a nova equipe tem sobre infância e criança e no tipo de cidadão que se pretende formar na sociedade.

Assim, os documentos analisados consideram o cenário pandêmico, apresentando possibilidades, ajustes e medidas que precisam ser tomadas, para que aos poucos as unidades educativas voltassem a funcionar, garantindo o que as crianças necessitam, que são as relações com os pares nas interações e brincadeira.

**Quadro 2 – Destinação do documento**

| <b>PARA QUEM FOI DESTINADO O DOCUMENTO EM QUESTÃO?</b>                                          |                                                                |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| <b>DOCUMENTO</b>                                                                                | <b>DESTINO</b>                                                 |
| <b>Política de educação municipal de João Pessoa</b>                                            | Rede municipal de Educação Básica da cidade de João Pessoa/PB. |
| <b>Diretrizes pedagógicas de Educação Infantil</b>                                              | Profissionais dos CREI's/escolas.                              |
| <b>Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas</b>       | Rede municipal de Educação Básica da cidade de João Pessoa/PB. |
| <b>Boletim pedagógico – Colônia de férias: a arte do brincar na Educação Infantil</b>           | Profissionais dos CREI's.                                      |
| <b>Boletim pedagógico – Orientações iniciais para o ano letivo 2022 Educação Infantil</b>       | Profissionais dos CREI's.                                      |
| <b>Boletim pedagógico – Semana do bebê: movimentos sensíveis com e para a primeira infância</b> | Profissionais dos CREI's.                                      |

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2022.

A Política de Educação Municipal de João Pessoa (PEMJP, 2021) e o Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas (2022) trazem direcionamentos e anseios em seus documentos para toda Educação Básica da rede municipal de João Pessoa/PB, apresentando um tópico dedicado a Educação Infantil. Já as Diretrizes pedagógicas de Educação Infantil da rede municipal de João Pessoa (DPEIMJP, 2022) foi elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura, através do Departamento de Educação

Infantil (DEI) do município de João Pessoa para dar suporte ao trabalho pedagógico realizado nas turmas de Educação Infantil das unidades educacionais municipais. E os 3 (três) boletins pedagógicos são destinados as equipes do CREI's para que desenvolvam o que foi proposto nos documentos com as crianças que frequentam as unidades educativas.

**Quadro 3 – Quem participou do processo de implementação do documento**

| <b>O TEXTO PERMITE SABER QUEM PARTICIPOU/ORGANIZOU O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO DOCUMENTO?</b> |                                                                                                          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>DOCUMENTO</b>                                                                                 |                                                                                                          |
| <b>Política de educação municipal de João Pessoa</b>                                             | Sim. Organizado pelos colaboradores da Secretaria de Educação e Cultura.                                 |
| <b>Diretrizes pedagógicas de Educação Infantil</b>                                               | Sim. Elaborado pela equipe do Departamento de Educação Infantil com a participação de leitores críticos. |
| <b>Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas</b>        | Sim. Organizado pelos colaboradores da Secretaria de Educação e Cultura.                                 |
| <b>Boletim pedagógico – Colônia de férias: a arte do brincar na Educação Infantil</b>            | Sim. Organizado pela Secretaria de Educação e Cultura através do Departamento de Educação Infantil.      |
| <b>Boletim pedagógico – Orientações iniciais para o ano letivo 2022 Educação Infantil</b>        | Sim. Organizado pela Secretaria de Educação e Cultura através do Departamento de Educação Infantil.      |
| <b>Boletim pedagógico – Semana do bebê: movimentos sensíveis com e para a primeira infância</b>  | Sim. Organizado pela Secretaria de Educação e Cultura através do Departamento de Educação Infantil.      |

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2022.

Os documentos foram construídos através da equipe de profissionais que atuam na Secretaria de Educação e Cultura, no Departamento de Educação Infantil e contou com a colaboração de leitores críticos.

Por se tratar de documentos orientadores, apresentam estruturas prontas que devem conduzir o fazer pedagógico das professoras nas unidades educativas da rede municipal de João Pessoa. Contudo, proporcionam abertura as discussões que envolvem a Educação Infantil e a formação de professores(as).

O documento de Diretrizes Pedagógicas da Educação Infantil da rede municipal de João Pessoa aponta que “[...] por ser considerado um documento guia, estará sempre aberto ao diálogo vivo, pulsante, oriundo da realidade das unidades de ensino” (JOÃO PESSOA, 2022, p. 7). Isso é importante, pois fortalece os diálogos e gera possíveis melhorias e avanços significativos na formação e na primeira etapa da Educação Básica. Assim, os documentos analisados tendem não serem rígidos e sim flexíveis, dando abertura para novas discussões.

#### Quadro 4 – Fundamentos teóricos do documento

| OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO DOCUMENTO SÃO EXPLICITADOS?                                          |                                                                                                                                                               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| DOCUMENTO                                                                                       |                                                                                                                                                               |
| <b>Política de educação municipal de João Pessoa</b>                                            | Embasa o documento em consonância com os de âmbito nacional, por exemplo, PNE e BNCC.                                                                         |
| <b>Diretrizes pedagógicas de Educação Infantil</b>                                              | Apresenta fundamentos teóricos sob a perspectiva histórico-cultural do teórico Vigotski, como também de autores especialistas nacionais da Educação Infantil. |
| <b>Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas</b>       | Cita nomes de especialistas em Educação Infantil e busca embasar o documento de acordo com a BNCC.                                                            |
| <b>Boletim pedagógico – Colônia de férias: a arte do brincar na Educação Infantil</b>           | Embasa o documento nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI).                                                                      |
| <b>Boletim pedagógico – Orientações iniciais para o ano letivo 2022 Educação Infantil</b>       | Embasa o documento citando outros documentos elaborados pela rede municipal de João Pessoa.                                                                   |
| <b>Boletim pedagógico – Semana do bebê: movimentos sensíveis com e para a primeira infância</b> | Fundamenta o documento com referências de autores que pesquisam sobre a Educação Infantil.                                                                    |

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2022.

A fundamentação teórica é algo importante na construção de um documento, pois qualifica e embasa os objetivos que se pretende alcançar de maneira consciente e intencional. Alguns dos documentos em análise não apresentam explicitamente fundamentos teóricos, mas, ao realizar a leitura de maneira atenta e minuciosa, é perceptível que são direcionados sob a perspectiva de algumas concepções.

Os documentos analisados citam algumas políticas de Educação Infantil apresentadas no capítulo anterior do trabalho, por exemplo, as DCNEI (2009), o PNE (2014) e a BNCC (2018). Isso significa que as políticas municipais para a primeira etapa da Educação Básica estão em consonância com os documentos norteadores de âmbito nacional.

### Quadro 5 – Compreensão de Educação Infantil

| <b>O QUE SE ENTENDE POR EDUCAÇÃO INFANTIL?</b>                                                  |                                                                                                                                                                          |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>DOCUMENTO</b>                                                                                |                                                                                                                                                                          |
| <b>Política de educação municipal de João Pessoa</b>                                            | Universalização do “ensino” pré-escolar e ampliação da oferta em creches. Importância de se ter um espaço estruturado e adequado.                                        |
| <b>Diretrizes pedagógicas de Educação Infantil</b>                                              | Direito de todas as crianças, organizados em berçário, maternal e pré-escola, que deve promover o desenvolvimento integral.                                              |
| <b>Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas</b>       | Demanda reflexões sobre o processo de transição da Educação Infantil para a etapa dos anos iniciais do Ensino Fundamental.                                               |
| <b>Boletim pedagógico – Colônia de férias: a arte do brincar na Educação Infantil</b>           | [...] rotina organizada, respeitosa e significativa, pautada nas interações e brincadeiras, nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento e nos campos de experiências. |
| <b>Boletim pedagógico – Orientações iniciais para o ano letivo 2022 Educação Infantil</b>       | [...] tempo, paciência, abertura para o novo e ao diálogo são elementos que precisam estar presentes.                                                                    |
| <b>Boletim pedagógico – Semana do bebê: movimentos sensíveis com e para a primeira infância</b> | Etapa onde todas as experiências de construção de conhecimento acontecem.                                                                                                |

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2022.

Os documentos analisados, de modo geral, apresentam dois sentidos de Educação Infantil. Um é mais conceitual, pois define a finalidade dessa etapa e a estabelece como direito de todas as crianças. Já a outra compreensão de Educação Infantil é no sentido mais prático, traz as divisões das faixas etárias, como deve ser a organização da rotina, quais elementos precisam estar presentes para fortalecer as relações, entre outros.

Ao realizar uma análise na Política de Educação Municipal de João Pessoa (PEMJP, 2021), o tópico 3 estabelece algumas pretensões para a

Educação Infantil e o fortalecimento dos CREI's. O documento aponta como pretende organizar a primeira etapa da Educação Básica. A PEMJP (2021) estabelece:

[...] universalizar o ensino pré-escolar de crianças com 4 (quatro) e 5 (cinco) anos e ampliar a oferta do atendimento em creches das crianças de até 3 (três) anos, no percentual de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), como preconiza o PME, na sua Meta 1 (JOÃO PESSOA, 2021, p.12).

Há duas questões a serem pontuadas e refletidas nessa citação do documento. Primeiro, quando aponta a pré-escola como “ensino”, quando na verdade essa fase é definida como Educação Infantil. O PNE (2014), quando estabelece a meta 1, apresenta a universalização na Educação Infantil. Pela análise realizada, é possível subterender que os elaboradores para não copiar e colar diretamente do Plano Nacional de Educação (2014) colocou o termo “ensino” como sinônimo de Educação. Porém, faz-se necessário tomar cuidado, pois o termo “ensino” abre brechas para quem vai interpretar, possibilitando a ideia de um ensino conteudista para as crianças de 4 a 5 anos. Com isso, vale destacar que o termo Educação Infantil é diferente de “Ensino Infantil”.

O outro apontamento e reflexão é sobre a universalização das crianças de 4 a 5 anos e a ampliação do atendimento em creches para os bebês e crianças bem pequenas. O documento PEMJP (2021) aponta que, provavelmente, quatro anos não são suficientes para a efetivação do propósito articulado para a Educação Infantil. Porém, o PNE (2014), no qual o Estado e Municípios deveriam estar em consonância, propõe como meta 1:

universalizar, **até 2016**, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE (BRASIL, 2014).

Se anteriormente o município de João Pessoa tivesse cumprido o ano estipulado pelo PNE (2014) da meta 1, que até o ano de 2016 deveria universalizar e ampliar o atendimento para as respectivas idades, não precisaria de 8 (oito) anos depois do período estipulado para realizar a meta. A interrogação que fica é, por que até agora não teve essa universalização e ampliação, a saber

a existência de recursos direcionados para se cumprir o que foi estabelecido no PNE (2014)?

Outra estratégia apontada no tópico 3 da PEMJP (2021) revela que os elaboradores entendem que os espaços da Educação Infantil devem ser específicos para atender as crianças, ao estabelecer que “[...] será fundamental atendê-las na pré-escola, no espaço das unidades escolares, substituindo os improvisos existentes por estruturas físicas e pedagógicas apropriadas” (JOÃO PESSOA, 2021, p. 12). Assim, entende-se que essa parte do documento traz a ideia da criação de ambientes específicos para as vivências das crianças da Educação Infantil e que práticas pedagógicas serão priorizadas nesses ambientes.

Os espaços específicos para a Educação Infantil são significativos para o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos. As DCNEI (2009) ao tratar sobre os espaços, apontam a necessidade de “espaços e tempos que assegurem os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos” com acessibilidade para todas as crianças (BRASIL, 2009). Isso só afirma a importância de locais próprios para esse público. Se as vivências fossem, por exemplo, no mesmo local das outras etapas da Educação Básica, possivelmente haveria uma redução de deslocamentos e de exploração dos espaços, o que acabaria prejudicando as crianças da Educação Infantil.

As Diretrizes Pedagógicas de Educação Infantil da rede municipal de João Pessoa (2022), em seu capítulo 2, traz questões relacionadas ao espaço da Educação Infantil, mostrando a sua historicidade de dicotomia entre a assistência e a educação para as crianças de 0 a 5 anos. Vale ressaltar que, o capítulo 3 desse trabalho pontuou a dicotomia existente nos espaços de Educação Infantil, um no viés assistencial-protetor e outro mais escolarizante/conteudista.

Apresentar os avanços ocorridos na Educação Infantil ao longo da história nas DPEIMJP (2022) é interessante, porque contextualiza e possibilita reflexão sobre as mudanças de conceitos ao longo da história.

As DPEIMJP (2022) destacam também como o município de João Pessoa/PB organiza a Educação Infantil e informa que é oferecida em:

Art. 4. I Creches, Centro de Referência em Educação Infantil - CREI's ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II Pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos.

§ 1º As Instituições de educação infantil que mantêm atendimento a crianças de zero a três anos em Creches, CREI's ou entidades equivalentes e/ou de quatro a cinco anos em pré-escola terão denominação própria de acordo com as especificidades do atendimento (JOÃO PESSOA, 2010 apud JOÃO PESSOA, 2022, p. 8).

No capítulo anterior foi apresentada a organização da Educação Infantil estabelecida pela LDBEN (1996) e BNCC (2018). Analisando as Diretrizes Pedagógicas de Educação Infantil da rede municipal de João Pessoa (2022), nota-se que ela está em consonância com a organização da Educação Infantil apresentada na LDBEN (1996), que são creches e pré-escolas.

Ao dividir as turmas dos CREI's, as DPEIMJP (2022) organizam as turmas em (três) agrupamentos, sendo elas: Berçário (6 meses a 1 ano e 11 meses), Maternal (2 anos a 3 anos e 11 meses) e Pré-escola (4 e 5 anos e 11 meses) (JOÃO PESSOA, 2022). Essa estrutura segue a mesma ideia da divisão das faixas etárias estabelecida na BNCC (2018). Assim, percebe-se que a estrutura das Diretrizes Pedagógicas de Educação Infantil da rede municipal de João Pessoa (2022) está em consonância com a organização e agrupamentos indicados nas políticas de Educação Infantil no âmbito nacional.

O Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas (2022) é um documento que ao tratar da Educação Infantil, faz apontamentos sobre a transição dessa etapa para o 1º ano do Ensino Fundamental. Ao analisar o documento, percebe-se que os elaboradores tiveram o cuidado de apontar essa transição como um processo contínuo e integrado entre as duas etapas da Educação Básica, uma vez que o último ano da pré-escola carrega muitas nuances acerca do 1º ano do Ensino Fundamental. Nesse sentido, esse documento se difere dos demais por destacar a Educação Infantil como espaço de ajustes, mudanças e integralidade com a outra etapa da Educação Básica.

Ao analisar os 3 (três) boletins pedagógicos selecionados para essa pesquisa, como são documentos mais direcionados aos profissionais de

Educação Infantil, compreende-se que os elaboradores apresentam orientações voltadas a essa etapa de maneira mais prática.

**Quadro 6 – Concepção de criança e infância**

| <b>QUE CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E INFÂNCIA É TOMADA COMO REFERÊNCIA?</b>                            |                                                                                              |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>DOCUMENTO</b>                                                                                |                                                                                              |
| <b>Política de educação municipal de João Pessoa</b>                                            | Não faz referência explícita.                                                                |
| <b>Diretrizes pedagógicas de Educação Infantil</b>                                              | Concepção de criança e infância na perspectiva da Psicologia histórico-cultural de Vigotski. |
| <b>Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas</b>       | Não faz referência explícita.                                                                |
| <b>Boletim pedagógico – Colônia de férias: a arte do brincar na Educação Infantil</b>           | Apresenta o corpo como social, afetivo, histórico e cultural.                                |
| <b>Boletim pedagógico – Orientações iniciais para o ano letivo 2022 Educação Infantil</b>       | Não faz referência explícita.                                                                |
| <b>Boletim pedagógico – Semana do bebê: movimentos sensíveis com e para a primeira infância</b> | Não faz referência explícita.                                                                |

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2022.

A política de educação municipal de João Pessoa não deixa explícita a concepção de criança e infância embasada nos teóricos e especialistas da área, mas se apoia nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento que a BNCC (2018) destaca para a Educação Infantil. Apresenta a necessidade de reconfiguração nos CREI's devendo estar “respaldada nos avanços científicos do campo dos estudos sobre a infância” (JOÃO PESSOA, 2022, p. 12). Desse modo, permite-se interpretar que outros documentos da rede municipal de João Pessoa tem a abertura de apontar explicitamente a concepção de criança e infância que a rede municipal se apoia.

As DPEIMJP (2022) em seu capítulo 3, contextualiza como elaboradores do documento compreendem infância e criança, ressaltando que a concepção escolhida das Diretrizes Pedagógicas de Educação Infantil da rede municipal de João Pessoa é a “concepção de criança, infância, de aprendizagem e desenvolvimento infantil na perspectiva da Psicologia histórico-cultural de

Vigotski” (JOÃO PESSOA, 2022, p. 9). Elenca também que existem vários tipos de infâncias na mesma época. Isso gera reflexões das diferentes infâncias existentes na cidade de João Pessoa, possibilitando pensar os diversos caminhos para que todas as crianças tenham acesso ao desenvolvimento integral, respeitando sua singularidade e história de vida.

O Boletim pedagógico – Colônia de férias: a arte do brincar na Educação Infantil, traz “o corpo como social, afetivo, histórico e cultural” (JOÃO PESSOA, 2022, p. 2). Isso, nada mais é do que a concepção de infância e criança relacionada a perspectiva do teórico Vigotski. Ou seja, esse documento está em consonância com as diretrizes pedagógicas do município.

Diante disso, nota-se que boa parte dos documentos analisados fundamentam a concepção de criança e infância, tomando como referência a perspectiva histórico-cultural.

Vale pontuar que, analisando os documentos selecionados para essa pesquisa, vê-se o posicionamento que eles assumem considerando a concepção de criança e infância na perspectiva histórico-cultural. Isso significa dizer que não há neutralidade daqueles que elaboraram os 6 (seis) documentos. Ressalta-se que, até os documentos que não apresentam de maneira explícita qual concepção de criança e infância é tomada como referência, percebe-se a intencionalidade, tendo em vista a consciência clara do tipo de sujeito que querem formar na sociedade.

#### **Quadro 7 – Relação entre o cuidar e o educar**

| <b>COMO É RELACIONADO O CUIDAR E O EDUCAR?</b>                                            |                                                                                                            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>DOCUMENTO</b>                                                                          |                                                                                                            |
| <b>Política de educação municipal de João Pessoa</b>                                      | Com acolhimento, segurança e adequação ao educar e cuidar.                                                 |
| <b>Diretrizes pedagógicas de Educação Infantil</b>                                        | O cuidar e educar como princípio norteador das políticas de atendimento das crianças da Educação Infantil. |
| <b>Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas</b> | Não apresenta questões sobre o cuidar e o educar.                                                          |

|                                                                                                 |                               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| <b>Boletim pedagógico – Colônia de férias: a arte do brincar na Educação Infantil</b>           | Não faz referência explícita. |
| <b>Boletim pedagógico – Orientações iniciais para o ano letivo 2022 Educação Infantil</b>       | Não faz referência explícita. |
| <b>Boletim pedagógico – Semana do bebê: movimentos sensíveis com e para a primeira infância</b> | Não faz referência explícita. |

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2022.

A Política de educação municipal de João Pessoa, no tópico 3, aponta no documento a necessidade de “[...] irem em busca das crianças e recebê-las nos Centros de Referência da Educação Infantil (CREI’s) com acolhimento, segurança e adequação ao educar e cuidar” (JOÃO PESSOA, 2021, p. 12). Essa escrita, não deixa claro como será feito essa busca das crianças, deixando lacunas quando se lê o documento. Contudo, ressalta que essas buscas precisam ter o ato de cuidar e de educar, fortalecendo assim a importância dessas duas ações na Educação Infantil.

As DPEIMJP (2022) em seu capítulo 1, aponta que o cuidar e o educar são uns dos princípios basilares que norteiam a política de atendimento das crianças de 0 a 5 anos da rede municipal de João Pessoa/PB. Esse posicionamento mostra o quanto as diretrizes estão organizadas para melhorias e avanços da Educação Infantil, tendo em vista a indissociabilidade entre o cuidar e o educar. Vale destacar que esse documento traz embasamentos de teóricos da Educação Infantil que abordam esse assunto.

De acordo com o Boletim pedagógico – Semana do bebê: movimentos sensíveis com e para a primeira infância “[...] cuidar das crianças muito pequenas e educá-las são faces da mesma moeda: a promoção do desenvolvimento não está separada das atitudes e dos procedimentos que ajudam a criança a construir conhecimentos sobre a sua vida sociocultural” (JOÃO PESSOA, 2022, p. 2). Essa concepção só reforça o que já foi tratado no capítulo anterior acerca do cuidar e educar. Um não é mais do que outro, estão intrinsecamente ligados, compreendendo que “[...] o mesmo ato que cuida, educa, e o mesmo ato que educa, cuida” (NUNES; CORSINO; DIDONET; 2011, p.14).

Destaca-se que os 3 (três) boletins pedagógicos apresentam orientações específicas para: Colônia de férias, Orientações iniciais para o ano letivo de 2022

da Educação Infantil e Semana do bebê. Ao analisar os documentos, percebe-se que os direcionamentos necessitam de ações das profissionais da Educação Infantil, sendo necessário o cuidar e o educar de maneira indissociável nos espaços educacionais.

### Quadro 8 – Currículo na Educação Infantil

| EM QUE TIPO DE CURRÍCULO É PAUTADO OS DOCUMENTOS?                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| DOCUMENTO                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>Política de educação municipal de João Pessoa</b>                                            | Em uma proposta curricular pautada na BNCC, onde a convivência, a brincadeira, a participação, a expressão e o conhecer-se são direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem orientar as práticas de inovação pedagógica em nossas creches e pré-escolas. |
| <b>Diretrizes pedagógicas de Educação Infantil</b>                                              | Ampara-se em uma concepção de currículo e em regulamentações curriculares postas em movimento em determinado contexto histórico.                                                                                                                                 |
| <b>Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas</b>       | Em um currículo estruturado por meio dos campos de experiências e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme a BNCC, que objetiva atender às especificidades das crianças, de acordo com sua realidade social e cultural.                             |
| <b>Boletim pedagógico – Colônia de férias: a arte do brincar na Educação Infantil</b>           | Possibilidades de interação brincante fortalecendo os vínculos das crianças com os CREI's a que pertencem, estimulando as diversas linguagens das crianças.                                                                                                      |
| <b>Boletim pedagógico – Orientações iniciais para o ano letivo 2022 Educação Infantil</b>       | Com fundamentação nos princípios basilares da reorganização curricular para a Educação Infantil preconizados no Continuum Curricular 2021/2022.                                                                                                                  |
| <b>Boletim pedagógico – Semana do bebê: movimentos sensíveis com e para a primeira infância</b> | Fortalecer o cuidado com a primeira infância, com ações voltadas para a saúde, assim como, as práticas pedagógicas e a assistência social.                                                                                                                       |

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2022.

Pensar o currículo para a Educação Infantil é considerar e refletir acerca da concepção de ser humano, de mundo, de sociedade. Quem desenvolve políticas educacionais tem o poder de selecionar o que se pretende fazer, partindo do que se acredita, através dos seus princípios, valores e concepções

de mundo. Por isso muitos estudiosos das teorias de currículo afirmam que “currículo é relação social de poder”. De acordo com Silva (2021, p. 55), isso significa dizer que “o currículo não está simplesmente envolvido com transmissão de ‘fatos’ e de conhecimentos ‘objetivos’. O currículo é um local onde, ativamente, se produzem e se criam significados sociais”. Assim, pensar currículo é assumir uma responsabilidade com a sociedade, “afinal, um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão ‘seguir’ aquele currículo” (SILVA, 2021, p. 15).

A Política de Educação Municipal de João Pessoa (2021, p. 12) tem como propósito “[...] reconfigurar as orientações pedagógicas para os trabalhos dos CREI’s, com base numa proposta curricular em consonância com a BNCC e respaldada nos avanços científicos do campo dos estudos sobre a infância”. Esse objetivo tem a intenção de dialogar com os estudos que consideram a criança como sujeito ativo, na busca de propostas que promovam construção de aprendizagem relevantes no desenvolvimento integral dos sujeitos que estão nessa etapa da Educação Básica. Ou seja, é articulação de um currículo com as ideias e concepções daqueles que constroem o documento.

O documento de PEMJP (2021) ainda apresenta que:

A convivência, a brincadeira, a participação, a exploração, a expressão e o conhecer-se são direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem orientar as práticas de inovação pedagógica em nossas creches e pré-escolas [...] (JOÃO PESSOA, 2021, p. 12-13).

Isso significa dizer que, as unidades educativas devem considerar os direitos de aprendizagem na Educação Infantil estabelecidos pela BNCC, considerando-os como parte do currículo.

O capítulo 4 das DPEIMJP (2022) estabelece elementos para a sistematização, implementação e avaliação do currículo. Traz a concepção norteadora do currículo, como é a sua organização e quais os seus instrumentos, além de apresentar os processos avaliativos e seus registros, sempre de maneira intencional. Nesse sentido, afirma que:

Ao pensar o currículo na Educação Infantil, precisamos reafirmar que a criança é um ser pensante, é sujeito, que está inserida em um contexto, por isso, trabalhamos com um currículo aberto. Nele, temos o espaço para criar uma parte diversificada em cada unidade. Precisamos articular experiências e saberes das

crianças com os conhecimentos, ampliando, assim, o universo de experiências, conhecimentos e habilidades (JOÃO PESSOA, 2022, p. 15).

Com isso, entende-se que o currículo não é rígido, está em movimento, possibilitando reflexões e mudanças sempre que necessário, focado na promoção significativa da criança, tendo em vista ser um direito garantido por Lei. Nessa intenção, para a elaboração de um currículo aberto, as DPEIMJP (2022) apontam que organização curricular está pautada em princípios como “dimensão cuidar e educar; eixos interações e brincadeiras; princípios éticos, políticos e estéticos; direitos de aprendizagem e desenvolvimento; campos de experiência” (JOÃO PESSOA, 2022, p. 16). Assim, esse modo de organizar as políticas educacionais na rede municipal de João Pessoa/PB só enfatiza o entendimento e o compromisso com a primeira etapa da Educação Básica.

O Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas aponta que o currículo precisa estar atento a realidade social e cultural das crianças, sendo norteado pelos princípios basilares da reorganização curricular na Educação Infantil, devendo estar alinhada a uma rotina pedagógica conforme a realidade de cada local que a criança se encontra (JOÃO PESSOA, 2022).

Vale ressaltar que o currículo está no ato de planejar, nos espaços pensados para realizações das práticas, pressupondo intencionalidade do fazer pedagógico. Os 3 (três) boletins pedagógicos analisados têm esse sentido ao observar a forma de organização da rotina e dos saberes que pretende realizar para promover o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças. Ou seja, o currículo é vivo e envolve o conjunto de elementos devendo ter como foco principal ações que proporcione o protagonismo da criança.

#### **4.2 Análise voltada a formação das professoras de Educação Infantil da rede municipal de João Pessoa/PB**

A formação de professores(as) é algo primordial para que haja avanços de/com qualidade na Educação Infantil. Partindo da análise voltada a formação das professoras da rede municipal de João Pessoa, os documentos selecionados trazem alguns apontamentos para esse profissional.

### Quadro 9 – Formação das professoras da Educação Infantil

| COMO O DOCUMENTO ABORDA A FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL?                        |                                                                                |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| DOCUMENTO                                                                                       |                                                                                |
| <b>Política de educação municipal de João Pessoa</b>                                            | Assegurar a profissionalização dos recursos humanos para a educação infantil.  |
| <b>Diretrizes pedagógicas de Educação Infantil</b>                                              | Desenvolver ações educativas de formação; promovem atribuições às professoras. |
| <b>Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas</b>       | Não faz referência explícita.                                                  |
| <b>Boletim pedagógico – Colônia de férias: a arte do brincar na Educação Infantil</b>           | Não faz referência explícita.                                                  |
| <b>Boletim pedagógico – Orientações iniciais para o ano letivo 2022 Educação Infantil</b>       | Não faz referência explícita.                                                  |
| <b>Boletim pedagógico – Semana do bebê: movimentos sensíveis com e para a primeira infância</b> | Não faz referência explícita.                                                  |

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2022.

De acordo com a Política de Educação Municipal de João Pessoa (2021), o tópico 3 do documento tem como propósito “[...] assegurar a profissionalização dos recursos humanos para educação infantil e reconfigurar as orientações pedagógicas para os trabalhos dos CREI’s [...]” (JOÃO PESSOA, 2021, p. 12). Percebe-se que o documento analisado não especifica o termo formação de professores(as). Mas, partindo desse termo colocado, ao realizar a análise do documento, pode-se interpretar que a “profissionalização dos recursos humanos para Educação Infantil” é atribuída a formação de professoras que atuam nessa etapa da Educação Básica da rede municipal de João Pessoa/PB, incluída assim na PEMJP (2021) mesmo que de modo subjetiva.

Pode-se afirmar que a profissionalização dos recursos humanos foi assegurada entre os anos de 2021 e 2022, tendo em vista que a rede municipal de João Pessoa em parceria com Universidade Federal da Paraíba (UFPB), promoveu formação das professoras de Educação Infantil.

Sabe-se, como já mencionado anteriormente, que a sociedade precisou ajustar de maneira repentina suas rotinas, por exemplo, estudos, trabalhos, lazer etc. devido a pandemia da covid-19. O ano de 2021 foi um período ainda marcado pelo distanciamento social e foi nesse contexto que foram realizados projetos de extensão vinculados ao Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX/UFPB), dentre eles, está o projeto intitulado “FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: a especificidade do 0 a 3 anos”.

As ações extensionistas desse projeto aconteceram entre os meses de junho a dezembro de 2021 de maneira síncrona, uma vez ao mês, pela plataforma do Google Meet. Ao todo foram realizados 7 (sete) encontros formativos. Já a forma assíncrona aconteceu através de uma sala virtual criada no Google Classroom, onde eram disponibilizadas previamente materiais de estudo.

A formação foi realizada com as professoras dos CREI's da rede municipal de João Pessoa da especificidade de 0 a 3 anos, que de acordo com a LDBEN (1996) é a fase da creche.

Ao longo dos meses as profissionais realizaram a produção de um “Diário de bordo” da formação com o objetivo de proporcionar reflexões sobre as suas práticas pedagógicas, a partir das aprendizagens e experiências vivenciadas no processo formativo.

De acordo com o projeto escrito, o objetivo geral era:

Problematizar e redimensionar a docência na Educação Infantil a partir da realização de encontros formativos com professoras que atuam com crianças de 0 a 3 anos nos Centros de Referência em Educação Infantil (CREI's) de João Pessoa/PB (AMORIM et al., 2021, p. 9).

Para isso, teve como objetivos específicos:

Estudar e refletir sobre temas que fundamentam a prática pedagógica das professoras do 0 a 3 anos;  
Promover momentos de partilha de saberes e troca de experiências entre as(os) envolvidas(os) no projeto;  
Proporcionar a reflexão crítica sobre a prática docente a partir da escrita, registro e análise das aprendizagens ocorridas durante o processo formativo” (AMORIM et al., 2021, p.10).

Para a realização dessa formação, o projeto de extensão contou com uma equipe formada por 2 (duas) docentes da UFPB, 2 (duas) estudantes do curso de Pedagogia do campus I e 2 (duas) profissionais da equipe do departamento de Educação Infantil do município de João Pessoa.

No ano de 2022, está sendo desenvolvido um outro projeto de formação para as professoras de Educação da rede municipal de João Pessoa, tendo como título “SABERES E PRÁTICAS DA/NA EDUCAÇÃO INFANTIL”. Nesse projeto, toda a etapa da Educação Infantil da rede municipal de João Pessoa foi alcançada.

Vale ressaltar que as formações em 2022 aconteceram de maneira presencial, havendo uma integração entre as docentes universitárias da UFPB e as professoras da Educação Infantil dos CREI's, na intenção de formação significativa através das trocas e reflexões dos saberes e práticas da/na Educação Infantil.

O objetivo geral desse projeto é de:

Contribuir com processos de formação dos/as profissionais que atuam na Educação Infantil da Rede Municipal de João Pessoa, a fim de ampliar e aperfeiçoar seus saberes e práticas necessários para a melhoria do trabalho nessa etapa educativa; Colaborar na construção da proposta curricular da Educação Infantil da Rede Municipal de João Pessoa/PB. (SOUSA et al., 2021, p.9)

Os objetivos específicos dessa formação foram divididos entre as fases da Educação Infantil (creche e pré-escola). Para a fase da creche (0 a 3 anos), os objetivos específicos são:

Oportunizar um processo de formação continuada para professoras que atuam com as crianças de 0 a 3 anos, pautado nas especificidades dessa etapa;  
Proporcionar estudos de temas que fundamentam à docência e o trabalho pedagógico na Educação Infantil;  
Favorecer o conhecimento e a reflexão sobre as práticas cotidianas no trabalho com as crianças de 0 a 3 anos, fundamentados nas teorias educacionais e nos documentos orientadores nacionais e municipais;  
Promover momentos de partilha de saberes e troca de experiências entre as professoras em formação, com vistas ao planejamento de projetos educativos para o trabalho com as crianças (SOUSA et al., 2021, p. 9).

Para a fase da pré-escola (4 a 5 anos), os objetivos específicos são:

Ampliar as discussões sobre temas relevantes para a educação de crianças pequenas na Pré-escola, a exemplo dos conceitos de: infâncias, crianças, rotinas, currículos, aprendizagens, documentações pedagógicas e múltiplas linguagens;  
 Planejar ações didáticas e rotinas juntamente com os/as profissionais da Educação Infantil visando estratégias de melhoria da educação em seus contextos de trabalho;  
 Proporcionar aos/às profissionais da Educação Infantil oportunidades de analisar e desenvolver propostas de organização do trabalho pedagógico nas Pré-escolas (SOUSA et al., 2021, p. 10).

Destaca-se que, de acordo com o projeto escrito “[...] o financiamento do projeto foi reponsabilidade da Secretaria de Educação em João Pessoa (SEDEC/JP), tendo a Coordenação Pedagógica e de Execução da equipe da Universidade Federal da Paraíba” (SOUSA et al., 2021, p. 16). Isso significa que, a rede municipal, através da Secretaria de Educação e Cultura, vem investindo e realizando formação de professoras de Educação Infantil da rede municipal de João Pessoa. Desse modo, nota-se o compromisso na busca de uma educação de/com qualidade.

Assim, compreende-se que os 2 (dois) projetos de formações apresentados acima, por mais que não sejam documentos oficiais da rede municipal de João Pessoa, são políticas públicas que visam qualificar as práticas pedagógicas das professoras que atuam nos CREI's.

Analizando a formação das professoras da Educação Infantil nas DPEIMJP (2022), o documento apresenta:

[...] a importância do papel do adulto na mediação dos processos de aprendizagem e desenvolvimento da criança, enfatizando a necessidade de, de forma intencional, ampliar o repertório de experiências das crianças em diferentes linguagens e culturas, a exemplo da cultura escrita. (JOÃO PESSOA, 2022, p.12)

Essa informação, com a colocação “papel do adulto”, provavelmente esteja se referindo as professoras das unidades educativas do município de João Pessoa/PB. Assim, para realizem ações de maneira intencional e consciente, faz-se necessário estudos, sendo a formação permanente uma ponte para promoção das mediações que se deseja alcançar.

### Quadro 10 – Atribuições das professoras da Educação Infantil

| QUAIS SÃO AS ATRIBUIÇÕES DAS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL?                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| DOCUMENTO                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>Política de educação municipal de João Pessoa</b>                                      | Não faz referência explícita.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>Diretrizes pedagógicas de Educação Infantil</b>                                        | Cumprir sua carga horária; Participar de reuniões, encontros de formação e eventos promovidos pela unidade e pelo Departamento de Educação Infantil ou DEGEF; Zelar pelo bom andamento da unidade e da sua turma; Responsabilizar-se por qualquer problema ocorrido na sala de atividades, salvo em sua ausência; Comunicar com antecedência em caso de falta; Criar estratégias, selecionar matérias e organizar junto com as crianças/famílias os portfólios; Organizar bimestralmente o painel evidenciando o projeto desenvolvido naquele período; Acompanhar as crianças em todas as atividades da unidade, orientando-as; Organizar os espaços da sala referência de forma desafiadora e harmoniosa, evitando a poluição visual; Deixar sua turma apenas quando for estritamente necessário; Elaborar o plano de curso em formato de projetos da turma, mantendo-o juntamente com o diário de classe; Construir os projetos pedagógicos e vivenciá-los de acordo com o plano de curso; Planejar as vivências de acordo com a realidade de sua turma de forma lúdica, criativa e prazerosa; Registrar as atividades diariamente; Avaliar a criança diariamente anotando suas observações, registrando o seu desenvolvimento; Manter o caderno de planejamento atualizado, com registros do ocorrido diariamente; Participar da elaboração ou implementação e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Regimento interno; Subsidiar com dados a elaboração dos relatórios bimestrais dos projetos; Elaborar os relatórios bimestrais individual da criança. |
| <b>Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas</b> | Não faz referência explícita.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>O Boletim pedagógico – Colônia de férias: a arte do brincar na Educação Infantil</b>   | Criar múltiplas experiências estéticas junto às crianças.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Boletim pedagógico – Orientações iniciais para o ano letivo 2022 Educação Infantil</b> | Ter: uma postura positiva com a família das crianças, um olhar observador, realizando registro e reflexão; construir relatório de avaliação das crianças ao final de cada bimestre.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |

|                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Boletim pedagógico – Semana do bebê: movimentos sensíveis com e para a primeira infância</b> | Ter: vínculo com os bebês/crianças e atenção para quais possibilidades de interações entre espaço, materiais e pessoas sua unidade oferece; promover o desenvolvimento das capacidades motora, cognitiva, social e afetiva da criança. |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2022.

O capítulo 5 das DPEIMJP (2022) apresenta e descreve acerca das atribuições dos(as) profissionais da Educação Infantil, dizendo que toda equipe das unidades educativas:

Tem como missão contribuir com uma Educação Infantil de qualidade com base na legislação, estudos e pesquisas na área de Educação Infantil, na perspectiva de favorecer o desenvolvimento integral da criança para a construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática (JOÃO PESSOA, 2022, p. 36).

Nesse sentido, o DEI do município de João Pessoa entende a necessidade de realizar ações educativas de formação, monitoramentos e acompanhamentos dos trabalhos promovidos nos espaços de CREI's/escolas com as crianças de Educação Infantil (JOÃO PESSOA, 2022). Esse pensamento de formação para as professoras, por exemplo, é um ponto importante, pois visa o compromisso para elas desenvolverem da melhor ações educativas nos CREI's/escolas, onde a sua prática pedagógica é responsável, reflexiva e intencional, a saber que a ideia desse documento é com a concepção histórico-cultural, que traz a criança como ser social e de direito, protagonista do seu desenvolvimento.

Nas atribuições dos profissionais da Educação Infantil as DPEIMJP (2022) vêm pontuar acerca das professoras e o que elas devem ter/fazer, estabelecendo que “ser professor/a nesse campo educacional requer saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais, sensibilidade, indagação teórica e criatividade, além de concepção de infância e Educação Infantil consolidadas” (JOÃO PESSOA, 2022, p. 36). Essa afirmação só reforça o que foi discutido nos capítulos anteriores acerca da Educação Infantil e formação das professoras dessa etapa, embasado nos especialistas na área de Educação Infantil, como nas políticas de Educação Infantil no âmbito nacional. Assim, tem-

se uma necessidade de as professoras terem conhecimentos teóricos para colocar no planejamento e executar nas unidades educativas.

Diante das tantas atribuições elencadas no documento das DPEIMJP, apresentada no quadro 10, destaca-se a que as professoras precisam “participar de reuniões, encontros de formação e eventos promovidos pela unidade e pelo Departamento de Educação Infantil ou DEGEF” (JOÃO PESSOA, 2022, p. 36). Isso reverbera uma preocupação para que haja participação das professoras em tudo que garanta melhorias na sua prática pedagógica como reuniões, encontros de formação e eventos promovidos. Nota-se que a ênfase não é apenas burocrática, mas um convite pulsante e necessário para pensar possibilidades através de formação, leituras e pesquisas que alcancem o intuito que se tem de Educação Infantil para rede municipal de Educação.

As atribuições dadas as professoras em 2 (dois) dos boletins pedagógicos analisados, permite considerar a importância de formações permanentes para dialogar com as possíveis possibilidades de desenvolvimento dessas atribuições.

#### **Quadro 11 – Direito de formação das professoras**

| <b>A FORMAÇÃO É ENTENDIDA COMO DIREITO?</b>                                                     |                                                                                                    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>DOCUMENTO</b>                                                                                |                                                                                                    |
| <b>Política de educação municipal de João Pessoa</b>                                            | Não faz referência explícita.                                                                      |
| <b>Diretrizes pedagógicas de Educação Infantil</b>                                              | É um direito das professoras construir ativamente e não apenas receber passivamente conhecimentos. |
| <b>Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas</b>       | Não faz referência explícita.                                                                      |
| <b>Boletim pedagógico – Colônia de férias: a arte do brincar na Educação Infantil</b>           | Não faz referência explícita.                                                                      |
| <b>Boletim pedagógico – Orientações iniciais para o ano letivo 2022 Educação Infantil</b>       | Não faz referência explícita.                                                                      |
| <b>Boletim pedagógico – Semana do bebê: movimentos sensíveis com e para a primeira infância</b> | Não faz referência explícita.                                                                      |

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2022.

O documento das DPEIMJP (2022) estabelece como um dos aspectos para a construção de um currículo aberto “o direito da(do) professora/professor e da criança de construir ativamente e não apenas receber passivamente conhecimentos” (JOÃO PESSOA, 2022, p. 16). Desse modo, percebe-se que esse documento pode contribuir com a formação permanente das professoras, na intenção de promover qualidade, colocando-as como agentes do seu processo de aprendiz.

### **Quadro 12 – Formação das professoras e a concepção de criança e infância**

| <b>A FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS PERMITE PENSAR A CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E INFÂNCIA?</b>             |                               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| <b>DOCUMENTO</b>                                                                                |                               |
| <b>Política de educação municipal de João Pessoa</b>                                            | Não faz referência explícita. |
| <b>Diretrizes pedagógicas de Educação Infantil</b>                                              | Não faz referência explícita. |
| <b>Plano de continuum curricular: disposições curriculares, pedagógicas e avaliativas</b>       | Não faz referência explícita. |
| <b>Boletim pedagógico – Colônia de férias: a arte do brincar na Educação Infantil</b>           | Não faz referência explícita. |
| <b>Boletim pedagógico – Orientações iniciais para o ano letivo 2022 Educação Infantil</b>       | Não faz referência explícita. |
| <b>Boletim pedagógico – Semana do bebê: movimentos sensíveis com e para a primeira infância</b> | Não faz referência explícita. |

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2022.

Os documentos analisados não apresentam explicitamente se a formação de professoras dos CREI's/escolas permite pensar acerca da concepção de criança e infância. Porém, dialogando com o quadro 6 que elenca em 2 (dois) dos documentos analisados a perspectiva histórico-cultural, pode-se interpretar que as formações das professoras, mesmo que de maneira intrínseca, são embasadas e direcionadas nessa concepção. Assim, há grandes chances das professoras da Educação Infantil da rede municipal de João Pessoa refletirem

suas ações pedagógicas percebendo a criança como sujeito social, ativo e de direito, que tem as interações e a brincadeira como sua grande aliada.

Realizando a análise documental, na intenção de obter respostas sobre a pergunta norteadora do trabalho, através da ficha de pergunta elaborada pela pesquisa, foi possível chegar em algumas respostas sobre a maneira que é pensada as políticas educacionais da rede municipal de João Pessoa/PB.

Os quadros 1, 2, 3 foram organizados por perguntas mais burocráticas para se ter um norte do contexto em que o documento foi criado, a quem se destina, se é possível ver as vozes das pessoas que participaram das elaborações dos documentos. Sendo assim, foi possível encontrar respostas mais diretas sobre os documentos analisados.

Os quadros 4, 5, 6 e 7, mesmo algumas colunas não apresentando explicitamente os fundamentos teóricos dos documentos, o que se entende por Educação Infantil, qual é a concepção de criança e infância e como pensam sobre o cuidar e o educar, foi possível entender com as colunas preenchidas como o quadro 8, que traz acerca do currículo, que tipo de cidadão quer formar. Isso aponta para a necessidade de formação de professoras, para que executem nos ambientes educacionais a maneira como a política de Educação Infantil é articulada.

Os quadros 9, 10, alguns documentos apontam sobre a formação de professoras e quais são as suas atribuições. O quadro 11 traz superficialmente, em 1 dos 6 documentos sobre o direito de formação. Já o quadro 12 não apresenta de maneira explícita se a formação das professoras permite pensar a infância. Porém, vale ressaltar que os documentos analisados não são específicos sobre a formação de professoras. Contudo, é possível perceber que mesmo os documentos não sendo “exclusivos” para a formação das professoras, eles contribuem com a formação dessas educadoras, através das definições apresentadas sobre a Educação Infantil, de como deve ser o trabalho pedagógico desenvolvido nas unidades educativas com vistas a promoção do desenvolvimento integral das crianças dos Centros de Referência de Educação Infantil.

Retomando a pergunta da pesquisa, de maneira é pensada as políticas de Educação Infantil municipal de João Pessoa e como isso pode contribuir na

formação das professoras que atuam nessa etapa? Pode-se afirmar que os 6 (seis) documentos analisados respondem, alguns mais outros menos a depender das perguntas das fichas de análise, que as políticas educacionais da rede municipal de João Pessoa/PB são pensadas sob um viés histórico-social, trazendo a criança como sujeito ativo, protagonista do seu processo enquanto ser humano. É pensada também na abertura do diálogo, sendo flexível para se pensar melhorias nas políticas de Educação Infantil.

Frente a isto, se as formações das professoras de Educação Infantil da rede municipal de João Pessoa/PB estiverem em consonância com o que é estabelecido nos documentos sobre a primeira etapa da Educação Básica, isso afetará de maneira significativa na reflexão dessas profissionais, qual é o seu papel enquanto educadora, qual é objetivo da Educação Infantil e os possíveis caminhos para realizar sua prática pedagógica. Assim, promoverá avanços significativos de qualidades nas unidades educativas, já que a formação consiste na capacitação e qualificação das professoras, instigando a busca diária pelo conhecimento e a reflexão de como atuar na etapa da Educação Infantil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando esse trabalho de pesquisa foi iniciado, buscou-se considerar as políticas voltadas para formação de professoras de Educação Infantil, pensando no tema proposto que é “Políticas de Educação Infantil do município de João Pessoa/PB e a formação das professoras dessa etapa”, devido as interrogações da pesquisadora em querer saber como esse município apresenta em sua política a etapa da Educação Infantil.

O objetivo geral foi analisar de que maneira são pensadas as políticas de Educação Infantil municipal de João Pessoa e como isso pode contribuir na formação das professoras. Consta-se assim, que o objetivo apresentado foi atingido, uma vez analisado e respondido conforme a pesquisa do trabalho. Essa afirmação se dá por compreender que os documentos selecionados para análise têm o foco na formação das professoras da rede municipal de João Pessoa, mesmo não apresentando em alguns documentos a questão de maneira detalhada. Porém, são documentos formadores da prática pedagógica, uma vez que todas essas documentações têm como objetivo auxiliar o trabalho das professoras. Isso significa que, ao auxiliar o trabalho dessas profissionais, esses documentos estão falando de formação.

Para cumprimento do que foi proposto nos objetivos específicos, realizou-se inicialmente um levantamento das políticas municipais para a Educação Infantil através de pesquisa no Google Chrome, no site da Prefeitura de João Pessoa, no acervo pessoal da pesquisadora e através dos envios da professora orientadora do presente trabalho, conseguindo assim levantar documentos de políticas de Educação Infantil, selecionando 6 (seis) desses documentos para desenvolver a pesquisa.

Em seguida, pretendeu-se identificar as políticas referentes à formação de professoras de Educação Infantil. Diante disso, foi realizado um processo de leitura dos documentos já selecionados, para identificar se neles havia aspectos referentes às políticas de formação de professoras. Vale destacar que não foi encontrado material específico que abordasse “exclusivamente” acerca da formação das professoras da primeira etapa da Educação Básica da rede

municipal de João Pessoa. Porém, todos os 6(seis) documentos analisados têm aspectos formadores.

Posteriormente, foi possível analisar a maneira como os documentos selecionados, dos anos de 2021 e 2022, podem influenciar na formação das professoras da Educação Infantil da rede municipal de João Pessoa/PB, ao estabelecer direcionamentos que contribuem de maneira significativa nas práticas pedagógicas dessas professoras.

Assim, os objetivos específicos garantiram que fosse respondido à pergunta norteadora e o alcance do objetivo geral do presente trabalho.

O caminho metodológico usado para nortear este trabalho foi o da análise documental, tendo como instrumento de pesquisa uma ficha de perguntas elaborada pela pesquisadora do trabalho. Apresentou como se conceitua o tipo de pesquisa escolhida, quais os materiais são considerados documentos, ressaltando que a análise documental apresenta alguns pontos positivos ao considerar, por exemplo, leituras aprofundadas das fontes.

O presente trabalho também trouxe o percurso histórico de como as Constituições Federais de 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988 estabelecem a infância e a educação. Pontuou o que vem a ser educação formal, informal e não-formal e onde/como elas acontecem. Trouxe como as políticas de Educação Infantil foi se articulando, tendo em vista seu processo de inclusão no sistema de ensino apenas no final do século XX. Considerou a História da Infância, as mudanças da sociedade acerca da criança e da infância e a ressignificação da ideia de cuidar e educar.

A pesquisa também considerou a formação das professoras e as práticas de formação, apontando a necessidade da intencionalidade, precisando ser permanente, consciente, significativa e aberta à realidade, tendo a ciência de como fazer/educar na Educação Infantil. Trouxe a necessidade de realizar práticas pedagógicas que coloquem as crianças no processo de desenvolvimento, tendo a observação, o registro como ferramentas importantes no seu acompanhamento enquanto professor(a). Fez apontamentos sobre a pedagogia da infância, onde a criança é a protagonista da construção de sua aprendizagem. Abordou como o trabalho do(a) professor(a) requer boas condições de trabalho, formação continuada e bagagem cultural significativa.

O trabalho também buscou fazer um apanhado histórico de como foi se constituindo a formação de professores(as) da Educação Infantil, onde apenas em meados de 1930 é que o Brasil passou a estruturar e ofertar formação de professores(as), considerando as lacunas existentes até os dias de hoje. Aponta que o curso superior em pedagogia deveria ser a opção exclusiva para quem pretende ocupar as unidades educativas de Educação Infantil.

Após trazer o embasamento teórico com apontamentos sobre a Educação Infantil, suas políticas e a formação de professor(a), a pesquisa passou a analisar os dados das políticas de Educação Infantil do município de João Pessoa, levando em consideração os documentos selecionados para realizar a análise. Os dados e resultados coletados se deram por meio da leitura e de uma análise minuciosa dos 6(seis) documentos escolhidos. Foram organizados 12 (doze) quadros contendo titulação, pergunta da ficha, nome dos seis documentos e se/como eles abordam o que foi perguntado e abaixo de cada quadro foi sendo realizado uma breve análise pautada na pergunta e no que o documento dizia.

Diante da pesquisa proposta, o trabalho possibilita uma análise com outros documentos, por exemplo, um apanhado dos documentos de políticas educacionais do município de João Pessoa de 2012 a 2022 para entender como cada um desses períodos apresentam questões relacionadas a Educação Infantil e a formação de professoras. Porém, caso fosse ampliado o número de documentos, precisaria de um tempo maior, já que seria preciso uma análise mais detalhada.

Diante disso, seria possível observar se/o que cada um desses documentos traz, podendo fazer uma análise para ver se houve avanços em relação as políticas de Educação Infantil, tendo em vista as mudanças que ocorrem no cenário político municipal, da sociedade e das discussões diariamente.

Outro caminho que poderia ter sido percorrido, seria a realização de uma análise com uma coleta de dados, através de um questionário com as professoras da rede municipal de João Pessoa para entender como/o que elas compreendem acerca das políticas de Educação Infantil e como isso pode influenciar na sua formação.

Destaca-se assim, que os apontamentos acima mostram como este trabalho possibilita oportunidades de pesquisas futuras, surgindo novas discussões e avanços na área da política de Educação Infantil e formação de professoras dessa etapa da rede municipal de João Pessoa/PB.

É sabido que os avanços nas políticas de Educação Infantil caminham a passos lentos, sendo um processo, na maioria das vezes, de lutas e anseios sociais. Todavia, essa pesquisa vem considerar abertura para maiores discussões, vendo o que já foi estabelecido explicitamente e o que pode avançar para melhoria da Educação Infantil da rede municipal da cidade de João Pessoa/PB.

Considerar os referenciais teóricos apresentados nesse trabalho foi essencial para se ter um direcionamento ao analisar as políticas de Educação Infantil, permitindo saber se estão em concordância com o que dizem as especialistas da área que se constituíram como referencial teórico do trabalho. Além de mostrar que mesmo sendo uma discussão em processo inicial, já existem bons embasamentos que discutem o assunto.

Vale ressaltar que os anseios acerca dos avanços de políticas de Educação Infantil e a formação das professoras dessa etapa são mais que uma simples corrida. Na verdade, é uma maratona a ser percorrida. É preciso resistência para acreditar que mudanças serão alcançadas. Com isso, faz-se necessário discutir, lutar, para que essas políticas educacionais não fiquem estagnadas, nem retroceda, mas avance para proporcionar uma educação de/com qualidade a todas as crianças que frequentam os CREI's/escolas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Deise Luci Santana. **Observação e registro**: possibilidades reflexivas para professores de creche / Deise Luci Santana Alves; orientadora: Maria do Carmo Monteiro Kobayashi. – Bauru: UNESP, 2017. 50 f.

AMORIM, Ana Luisa Nogueira de; BARROS, Emília Cristina Ferreira de. **FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES DA EDUCAÇÃO INFANTIL**: a especificidade do 0 a 3 anos. **Projeto Probex/2021**. João Pessoa, UFPB/CE, 2021.

AQUINO, Lígia Maria Leão de. Contribuições da teoria histórico-cultural para uma educação infantil como lugar das crianças e infâncias. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 1, p. 39-43, 2015.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; GOBBATO, Carolina. A complexidade do “como fazer” na educação infantil: implicações para a formação docente na perspectiva da artesanaria. **Debates em Educação**. v. 14, n. Especial, p. 312–331, 2022.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. Três notas sobre a formação inicial e docência na Educação Infantil. *In*: CANCIAN, Viviane Ache; GALLINA, Simone Freitas da Silva; WESCHENFELDER, Noeli. **Pedagogias das infâncias, crianças e docências**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2016. p. 131-140.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto; Secretaria de Educação Fundamental; Departamento de Políticas Educacionais; Coordenação Geral de Educação Infantil. **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil**. Brasília: 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: 1934.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1967.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: 1937.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: 1946.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, 13 jul. 1990, Brasília, DF.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996, Brasília, DF.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1**, de 15 de maio de 2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: MEC/CNE, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Nº 5**, de 17 de dezembro de 2009. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC/CNE, 2009.

DRAGO, Rogério; RODRIGUES, Paulo da Silva. Contribuições de Vygotsky para o desenvolvimento da criança no processo educativo: algumas reflexões. **Revista FACEVV**, Vila Velha, n. 3, p. 49-56, jul./dez. 2009.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade**, v.31, n.113, p.1355-1379, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [online]. 2006, v. 14, n. 50.

JOÃO PESSOA. **Boletim pedagógico – Colônia de férias: a arte do brincar na Educação Infantil**. Departamento de Infantil, Secretaria Municipal de Educação, João Pessoa, 2022.

JOÃO PESSOA. **Boletim pedagógico – Orientações iniciais para o ano letivo 2022 Educação Infantil**. Departamento de Infantil, Secretaria Municipal de Educação, João Pessoa, 2022.

JOÃO PESSOA. **Boletim pedagógico – Semana do bebê: movimentos sensíveis com e para a primeira infância.** Departamento de Infantil, Secretaria Municipal de Educação, João Pessoa, 2022.

JOÃO PESSOA. **Diretrizes Pedagógicas de Educação Infantil.** Departamento de Infantil, Secretaria Municipal de Educação, João Pessoa, 2022.

JOÃO PESSOA. **Política de Educação Municipal de João Pessoa.** Secretaria Municipal de Educação, João Pessoa, 2021.

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos:** orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade. 2. ed. Brasília, DF, 2007. p.13-23.

MAIA, J. N. **Concepções de criança, infância e educação dos professores de educação infantil.** Campo Grande, 2012. 135 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Didática geral.** AMARAL, Andrea (Org.) 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2002.

MOTA, Maria Renata Alonso; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; PORTO DA CRUZ, Amanda. A Educação das crianças pequenas no Brasil: histórico, organização e propostas curriculares. **Revista ENFOQUES.Edu**, Nº 04, p. 56-71.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. **Educação infantil no Brasil:** primeira etapa da educação básica. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011. 102 p

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PILLETI, Claudino; PILLETI, Nelson. História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire. 1. ed., 4ª impressão. São Paulo: Contexto, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** Métodos e técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAITO, Heloísa Toshie Irie; OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de. **Trabalho docente na educação infantil: olhares reflexivos para a ação intencional e planejada do ensino**. Imagens da Educação, v. 8, n. 1, e39310, 2018.

SAVIANI, Dermeval. Epistemologias da política educacional: algumas precisões conceituais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 2, p. 1–5, 2017.

SILVA, Marcelo Oliveira da. **Currículo na educação infantil: Aproximações da pedagogia da infância**. Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama, Eunápolis (BA), v. 12, n. 1, p. 89-109, jan./jun. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. 13 reimp. Belo Horizonte: Autentica, 2021.

SOUSA, Nádia Jane de; AMORIM, Ana Luísa Nogueira de; ESPINDOLA, Maíra Lewtchuck. Saberes e Práticas na/da Educação Infantil. **Projeto de formação continuada**. João Pessoa, UFPB/CE, 2021.

SOUZA; Jhaína Aryce de Pontes e; MUBARAC SOBRINHO, Roberto Sanches; HERRAN, Wallace Chriciano Souza. Ressignificando os conceitos de criança e infância. **Revista Amazônida**, 2017, ANO 02, Nº 03, p.113-129.

## **APÊNDICES**

## Apêndices

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA  
DISCENTE: KÉVVIA DAWLAY LIMA DA SILVA

### FICHA DE PERGUNTAS PARA A ANÁLISE DOCUMENTAL

- **Sobre as políticas de Educação Infantil do município de João Pessoa:**

1. Em que contexto o documento foi criado?
2. Para quem foi destinado o documento em questão?
3. O texto permite saber quem participou/organizou o processo de implementação do documento?
4. Os fundamentos teóricos do documento são explicitados?
5. O que se entende por Educação Infantil?
6. Que concepção de criança e infância é tomada como referência?
7. Como é relacionado o cuidar e o educar?
8. Em que tipo de currículo é pautado os documentos?

- **Em relação as professoras:**

1. Como o documento aborda a formação das professoras da Educação Infantil?
2. Quais são as atribuições das professoras da educação infantil?
3. A formação é entendida como direito?
4. A formação das professoras permite pensar a concepção de criança e infância?